

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

**ATA N.º 5/2024**

**Reunião Ordinária Pública, de 11 de dezembro de 2024**

**Local:** Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Gonçalo Henriques Ribeiro Batista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Luís Filipe Albino Silva (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);



- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD)
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- David Martins (PS);

--- Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais e presidentes de junta de freguesia, o público presente e os que assistiam àquela Assembleia Municipal através das redes sociais. Cumprimentou os funcionários da Biblioteca Municipal, o secretariado de apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal, os técnicos de informática, de som e imagem. -----

--- Informou que quanto à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPD), o público presente e os colaboradores do Município que estavam a apoiar os trabalhos da Assembleia Municipal teriam de prestar uma autorização expressa. -----

--- Disse que naquela sessão tinham dois pedidos de substituição, da Deputada Municipal Ana Margarida Baioa que tinha sido substituída por Elsa Ribeiro e do Deputado Municipal David Martins que tinha sido substituído por Luís Silva. -----

--- Solicitou à **Primeira-Secretária, Deputada Municipal Maria Margarida Flores** que procedesse à chamada. -----



**Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henriques Ribeiro Batista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita Fátima Romano Ladeira, Luís Filipe Albino Silva, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.-----

--- Acrescentou que à hora em que estava a proceder à chamada, não se encontravam presentes as deputadas municipais Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe do Partido Social Democrata (PSD) e Maria Manuela Gonçalves Romão do Partido Socialista (PS). -----

--- A Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão entrou na sala pelas vinte e uma horas e quinze minutos.-----

--- A Deputada Municipal Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe faltou à Sessão.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Muriel Dias, que fizesse a leitura da correspondência e lembrou os que estavam a assistir que nos termos do artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal, relativo aos trabalhos de cada sessão, constava que devia de ser efetuada a leitura resumida do expediente bem como dos anúncios a que houvesse lugar.-----

--- **A Segunda-Secretária Muriel Cristina Dias Neto** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- «A ACRAL - Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve remeteu convite e pedido de divulgação do Seminário Empresarial: "O Impacto do Turismo no Comércio e Desenvolvimento das Cidades", que se realizou no dia 17 de outubro; -----

--- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para o Seminário do Dia Mundial da Alimentação, que se realizou no dia 16 de outubro;-----

--- A AEDREL - Associação de Estudos de Direito Regional e Local remeteu convite para participar na sessão de apresentação do livro Anuário das Assembleias Municipais, que se realizou no dia 16 de outubro; -----

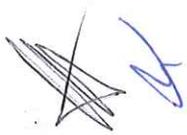
--- A Assembleia Municipal de Loulé remeteu comunicação para definição de data para a realização do II Encontro de Presidentes de Assembleias Municipais do Algarve;-----

--- A Assembleia da República remeteu resposta aos pedidos de aperfeiçoamento da desagregação de freguesias;-----



- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu comunicação sobre o Lançamento do Livro Anuário das Assembleias Municipais – 2022;-----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para a Conferência "Gestão eficiente e inteligente da água, o contributo dos fundos europeus", que se realizou no dia 28 de outubro;-----
- O Núcleo de Tavira da Liga Combatentes remeteu convite para as Atividades que se realizaram nos dias 2 e 11 de novembro;-----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu comunicação para o Webinar sobre a Desagregação de Freguesias, que se realizou no dia 06 de novembro;-----
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. remeteu convite para o Evento de Encerramento do programa CRESC Algarve 2020, que se realizou no dia 26 de novembro;-----
- A Institución Ferial de Castilla y León remeteu convite para a 6ª Edição da FINE #WineTourism Marketplace, que se realizará nos dias 5 e 6 de março;-----
- O Município de Lagos remeteu convite para os eventos no âmbito do Conselho Geral da ANAM, que se realizou nos dias 15 e 16 de novembro;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira remeteu convite para a inauguração da Exposição Presépio – Expressões de Fé e da Tradição, que se realizou no dia 22 de novembro;-----
- A ASTA Associação de Artes e Sabores de Tavira remeteu convite para o São Martinho, que se realizou no dia 11 de novembro;-----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu comunicação sobre as Quotas 2025;-----
- A Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira remeteu convite para Almoço de Natal, que se realizou no dia 11 de dezembro;-----
- A Banda Musical de Tavira remeteu convite para o Almoço Comemorativo do 99º Aniversário, que se realizou no dia 01 de dezembro;-----
- O Núcleo de Tavira da Liga dos Combatentes remeteu convite para o almoço de Natal, que se realizou no dia 8 de dezembro;-----
- A Academia Sénior de Tavira remeteu convite para o Almoço de Natal, que se realizará no dia 13 de dezembro;-----
- A Universidade do Algarve remeteu convite para a Sessão Solene do 45º aniversário da UAlg, que se realizou no dia 11 de dezembro;-----
- A AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local remeteu comunicação para a renovação das assinaturas anuais;-----

- O Município de Tavira remeteu o Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2025;
- O Patinagem Clube de Tavira remeteu convite para o Festival de Natal – Patinagem Artística, que se realizou no dia 8 de dezembro;-----
- A Junta de Freguesia de Santa Luzia remeteu convite para Santa Luzia Vila Natal, que decorrerá nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2024;-----
- O Presidente da Assembleia Municipal de Lagos remeteu Moção sobre o Investimento em Infraestruturas e Serviço Ferroviário do Algarve; -----
- O Clube Recreio e Desporto Santaluziense remeteu convite para a 16ª edição da Corrida de São Silvestre Vila de Santa Luzia 2024, que decorrerá no dia 15 de dezembro;-----
- A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa solicitou substituição para a sessão da Assembleia Municipal de 11 de dezembro de 2024; -----
- O Deputado Municipal David Martins solicitou substituição para a sessão da Assembleia Municipal de 11 de dezembro de 2024; -----
- O Partido Social Democrata remeteu um voto congratulação à Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA); -----
- O Partido Social Democrata remeteu um voto congratulação ao Pedro Pires;-----
- O Partido Socialista remeteu um voto de louvor a Pedro Pires.» -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer. Teriam a aprovação da ata da sessão de 30 de setembro de 2024. -----
- No período antes da Ordem do Dia iriam ter a apresentação de um Voto de Louvor e a apresentação de dois votos de Congratulação a que se seguiria a intervenção das senhoras e senhores deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia. Depois teriam as informações que seriam apresentadas pela Presidente da Câmara Municipal, a Ordem do Dia, e a intervenção do público.-----
- Alertou o público que pretendesse intervir que poderia fazê-lo inscrevendo-se para tal até ao final do período Antes da Ordem do Dia. Relembrou que não poderiam intervir sobre assuntos que fizessem parte da Ordem do Dia bem como as intervenções não deveriam de ser superiores a três (3) minutos.-----
- Pensava que todos os deputados municipais tinham recebido a ata que era relativa á Sessão de 30 de setembro 2024.-----
- **A ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 30 de setembro de 2024, foi aprovada por unanimidade dos presentes na Sessão a que respeitou: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Gisela Sofia Viegas,**



Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- Passou ao Voto de Louvor: *“Pedro Miguel Ferreira Pires”* apresentado pela Bancada do Partido Socialista (PS) pedindo ao Líder de Bancada, Deputado Municipal José Graça, que apresentasse ou indicasse quem apresentaria aquele Voto. -----

--- O Deputado Municipal José Graça cumprimentou o Presidente e membros da Assembleia e Câmara Municipal, os presentes naquela sessão, os trabalhadores do Município que os acompanhavam nos trabalhos e aqueles que estavam a assistir em casa. -----

--- Disse que a apresentação do Voto de Louvor seria efetuada, pelo Deputado Municipal José Mateus Costa. -----

--- O Deputado Municipal José Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, os deputados e o público que assistia presencialmente e em casa e, procedeu à leitura do Voto apresentado pela Bancada do PS: -----

--- *“PEDRO PIRES”* -----

--- *Pedro Miguel Ferreira Pires é natural de Tavira, nasceu a 29 de março de 1988 e começou a aprender música com cinco anos na Banda Musical de Tavira. Aos oito anos, tomou o primeiro contacto com o clarinete, tendo como professor o maestro António Manuel Lopes Batista. -----*

--- *Aos onze anos ingressou no Conservatório Regional do Algarve Maria Campina (CRAMC) na classe do professor José António Peixoto Veloso. Foi membro do quarteto de clarinetes Four Clair formado no CRAMC, com o qual se apresentou em vários pontos do país. No ano de 2006 termina o 8º grau de clarinete no CRAMC com a professora Jennifer Brown, e ganha no mesmo ano o 1º Prémio do Concurso de Música de Câmara desta mesma instituição. No mesmo ano ingressou na Escola Superior de Música de Lisboa, na classe do Professor Manuel Jerónimo e, mais tarde, com o Professor Paulo Gaspar. -----*

--- *Foi professor de clarinete na Banda Musical de Tavira e na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, membro da Orquestra Sinfónica Juvenil de Lisboa, e também da Orquestra de Clarinetes de Almada (OCLA), onde se apresentou como solista. -----*

- Em 2008 ingressou na Banda da Armada Portuguesa e, em 2011, licenciou-se em Música, na variante de Clarinete. Nesse mesmo ano frequentou ainda o curso de Jazz na Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa, na classe do professor José Menezes. -----
- Em 2015 começou a estudar composição e orquestração com o maestro Pedro Duarte e é frequentador assíduo de seminários no âmbito da composição musical e criação artística. -----
- Enquanto compositor e arranjador, participa em projetos nacionais e internacionais. Desde 2021 estuda também com o compositor Óscar Navarro. -----
- Em 2017 foi premiado no 1st International Contest of Original Compositions for Musical Bands (Itália) com a obra MARE CLAUSUM. -----
- Atualmente, é músico na Banda da Armada Portuguesa nas funções de executante em clarinete e piano e também compositor residente. É ainda professor de clarinete na Sociedade Filarmónica União Assaforense desde 2016. -----
- Em dezembro de 2022, após ser distinguido com o 1.º Prémio, e Menção Honrosa pela pontuação extraordinária obtida, na categoria OBRA DE CONCERTO pela composição intitulada A FLIGHT TO THE FUTURE no I Concurso Internacional de Composição "Emili Giménez Bou", esta Assembleia Municipal deliberou por unanimidade atribuir-lhe um Voto de Louvor pela sua brilhante carreira e pela dedicação à arte musical. -----
- Já depois disso, em março de 2023, foi premiado no 1st International Music Competition Vienna com a obra The Legend of Brianda. No mesmo ano, foi-lhe atribuído pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal através do seu presidente José Ribeiro e Castro, o prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa 2022 na categoria de "Artes e Feitos Excepcionais" que traduz a importância do trabalho que tem vindo a realizar no âmbito da composição.-----
- Em 2024, foi finalista no concurso de composição da World Association for Symphonic Bands and Ensembles, cuja performance final decorreu na cidade de Gwangju, na Coreia do Sul. -----
- Recentemente, o professor Pedro Pires foi o grande vencedor do II Concurso Internacional de Composição "Emili Giménez Bou", do Ateneu Musical de Cullera - Espanha. -----
- Cumulativamente, alcançou o diploma de platina, obtendo a maior pontuação em todas as categorias do concurso com a obra "Eleutheros", para banda sinfónica, e alcançou também o 1º prémio na categoria "Obra para solista e Banda" com a peça "Growing Up!", um concerto para saxofone solista e banda. -----
- Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 11 de dezembro de 2024, delibera: -----
- 1. Aprovar um Voto de Louvor pela carreira brilhante no domínio da composição musical de Pedro Miguel Ferreira Pires, traduzido nas reiteradas distinções nos mais variados certames

*nacionais e internacionais desta especialidade, honrando o nome de Portugal e dos compositores portugueses.*-----

--- 2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta a Pedro Miguel Ferreira Pires e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, à Banda Musical de Tavira, ao Conservatório Regional do Algarve Maria Campina e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à

*sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que lhe cabia efetuar um esclarecimento. Também no artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal, nos “*Trabalhos de Cada Sessão*”, n.º 2, alínea b) estava indicada a ordem da formulação dos votos de Louvor, Congratulação, Saudação e assim sucessivamente. Tinham outro Voto, de Congratulação, ao jovem Pedro Pires, que os serviços da Assembleia Municipal tinham recebido primeiro, contudo e de acordo com a ordem indicada no Regimento tinham começado pelo Voto de Louvor. -----

--- **Verificando não existirem intervenções, colocou o Voto de Louvor a Pedro Miguel Ferreira Pires à votação, que foi aprovado por unanimidade e que se encontra em anexo à presente ata como documento número um.** -----

--- **Passou ao Voto de Congratulação: “Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA)”** apresentado pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD), dando a palavra à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, Líder da Bancada, para que indicasse quem iria proceder à sua apresentação. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os presidentes de junta de freguesia, os deputados municipais, os funcionários do Município, o público presente e o que estava a assistir em casa. -----

--- Informou que a apresentação daquele Voto de Congratulação seria efetuada pelo Deputado Municipal Silvino Oliveira. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** desejou boa noite a todos e referiu que fazia suas as palavras de saudação da sua colega Ana Rita Pacheco. -----

--- **Procedeu à leitura do Voto de Congratulação “Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA)”:**-----

--- «*Por iniciativa da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA) foi retomado o projeto da barragem na Ribeira de Alportel, com os objetivos de:*-----

--- • *Aumentar a quantidade de água armazenada à superfície, com destino a rega agrícola e ao abastecimento público;*-----



- • *Controlar o caudal da Ribeira da Asseca / Rio Gilão para a Proteção Contra Cheias da Cidade de Tavira, evitando ou mitigando o efeito das inundações em Tavira;*-----
- • *Assegurar o caudal ecológico desde a Soalheira do Pereiro até S. Domingos (águas de maré).-*
- *Trata-se de um projeto já muito antigo, que estava “colocado na gaveta”, mas que agora foi apadrinhado pelo atual Governo.*-----
- *A Barragem de Alportel é uma das três que estão previstas no plano para uma melhor gestão da água, a nível nacional, que está a ser criado pelo grupo de trabalho “Água que Une”, criado em maio pelo Governo, a partir do Algarve, e que une especialistas e entidades, sob a tutela conjunta dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura.*-----
- *No dia 18 de outubro, a ABPRSA lançou o procedimento para elaboração do “Projeto da Barragem do Alportel” e durante o mês de novembro abriu, analisou e já procedeu à adjudicação deste relevante projeto para o Algarve e de importância fundamental para Tavira.*-----
- *Apesar da existência de estudo prévio para a Barragem de Alportel, será sempre necessário submeter o projeto a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Prevê-se a sua atualização durante o segundo semestre de 2025, sendo depois, “em função das condições estudadas”, efetuado o projeto de execução.*-----
- *Num primeiro momento, a ideia era criar uma barragem de enrocamento, “que não reteria totalmente a água”, mas que evitaria grandes enxurradas, a jusante. No entanto, o projeto já será de armazenamento, com uma perspetiva de “afluência anual média de 10 hectómetros cúbicos (hm<sup>3</sup>), com eventual ligação ao reservatório de Santo Estêvão e à Estação de Tratamento de Água de Tavira”.*-----
- *Saudamos, com este voto de congratulação, a intervenção da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve, ao chamar a si esta iniciativa, deveras importante, não só num contexto de escassez hídrica, mas também, tendo em consideração o histórico de inundações na cidade de Tavira, nomeadamente as cheias de 1969 e de 1989, os acontecimentos recentes e o previsível agravamento das condições climáticas.*-----
- *Apesar da submissão de um projeto para esta barragem, em 2009, que durante todos estes anos não saiu da gaveta, instamos o Município de Tavira a apoiar e acompanhar este projeto de interesse e especial relevância para o Algarve, para o Concelho de Tavira, em geral, e para a cidade de Tavira em particular.*-----
- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 11 de dezembro de 2024, delibera:--*
- • *Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);*-----

--- • *Felicitar O Presidente, a Direção e os Associados da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);*-----

--- • *Enviar o presente Voto de Congratulação à Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);*-----

--- • *Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, que apresente publicamente esta congratulação;*-----

--- • *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, aos Órgãos Sociais da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA), bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que no Voto de Congratulação era feita referência ao Presidente da Assembleia Municipal, nomeadamente que apresentasse publicamente o Voto.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que aquela frase não seria para constar.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que já não podia ser retirada porque já ali constava e que não teria qualquer problema em apresentar aquele Voto porque tinha sido algo que sempre tinha defendido e, pensava que o Município de Tavira também, porque o que se verificava era que já tinha sido efetuada uma Nota de Imprensa e uma visita. Antes de iniciar o processo sabia que a Presidente da Câmara Municipal tinha efetuado uma visita em conjunto com a direção dos Beneficiários daquela Associação, mas nada melhor do que a Presidente da Câmara Municipal para esclarecer caso assim o entendesse.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a distinta Mesa, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, os serviços que os apoiavam e o público que assistia quer na Biblioteca Municipal, quer em casa.-----

--- Disse que efetivamente o Presidente da Assembleia Municipal tinha razão pois tinham, no início do corrente ano, efetuado uma visita com o então Vice-Presidente, presentemente Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qual tinha participado, bem como o Presidente da ABPRSA.-----

--- Na sequência daquela visita ambas as Instituições tinham manifestado a necessidade e que concordavam com a concretização daquele projeto que já se tinha iniciado, mas acabado por nunca avançar. Inclusivamente o projeto fazia parte do PIAAC, ou seja, do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal do Algarve (CI-AMAL) sendo que a Câmara Municipal, pensava que nos mês de fevereiro passado, tinha manifestado à APA,



por escrito, após uma reunião, que também teriam todo o interesse em avançar com o projeto e que estavam disponíveis para o que fosse necessário.-----

--- Assim, tinham-se congratulado quando a APA tinha resolvido estabelecer o protocolo com a ABPRSA sendo que a Associação já tinha procedido à adjudicação e o processo estava a decorrer, e muito bem, também porque o Governo tinha considerado a Barragem do Alportel como uma das três barragens, nas questões do seu plano para a água.-----

--- Concluiu dizendo que apenas se tinham de congratular por aquela questão, até porque recentemente, há cerca de quinze dias, três semanas, quando tinha havido bastante precipitação e estado muito perto de que o rio transbordasse, o que tinha acontecido na Ribeira da Asseca, tinham percebido que se existisse a Barragem esta produziria uma ação mitigadora uma vez que reteria uma parte daquela água que não chegaria ao Rio Gilão, sendo por aquela razão que no Plano da CI-AMAL aprovado em 2017 ou 2018, também constava como uma das medidas. -----

--- Terminou reiterando que apenas se podiam congratular e apoiar a ABPRSA no que necessitasse, estando completamente disponíveis, o que já tinham transmitido ao seu Presidente.

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou todos os presentes e os que os seguiam via *Facebook*.-----

--- Considerava uma congratulação verificar que a questão da Barragem do Alportel, que há muito estava parada, poderia presentemente avançar.-----

--- Congratulava-se ainda por ver que após as declarações da Presidente da Câmara Municipal, aquela também era uma preocupação sua e que já há algum tempo vinha desenvolvendo um conjunto de contatos e reuniões no sentido de que fosse uma realidade.-----

--- A APA tinha decidido formalizar o protocolo, não com a Câmara Municipal, mas com a ABPRSA, o que não interessava pois o que realmente importava era que a Barragem do Alportel fosse uma realidade. -----

--- Assim, pretendia fazer aquele sublinhado porque já há muitos anos que defendia a necessidade urgentíssima da construção da Barragem do Alportel pois considerava que teria um papel na mitigação e nos efeitos da seca, mas também era de extrema importância o facto de, com as alterações climáticas que assistiam em todo o mundo, na vizinha Espanha, a verificação de quão calamitosa era a questão das cheias e os impactos que tinham na população, pelo que considerava que a Barragem do Alportel permitiria regularizar o efeito das cheias e o seu impacto nomeadamente na baixa da cidade de Tavira. -----

--- Pretendia ainda sublinhar, porque exista um estudo que tinha sido realizado pelo ambiente há cerca de vinte (20) anos atrás, em que era sublinhada de uma forma extremamente forte que a impermeabilização dos solos ocorrida nas margens do Rio Gilão e do Séqua, bem como a elevação

da cota nas respetivas margens, acelerava em muito a questão das cheias e dos impactos negativos em pessoas e bens da baixa de Tavira. -----

--- Referiu que felizmente até à presente data ainda não tinham ocorrido cheias como as que tinham acontecido e que tinham sido extremamente violentas, sendo que a construção daquela Barragem do Alportel, de alguma forma, acautelaria questões que eram prementes e que apenas eram ponderadas aquando da existência de cheias que eram destrutivas para as pessoas e bens.--

--- Acrescentou que gostava de deixar ali uma nota, uma preocupação, e um pedido de apoio, no caso à Bancada do PSD, mas também às forças vivas de Tavira e ao Município, que ser referente ao facto do concurso relativamente ao qual tinha sido efetuada a adjudicação era para o projeto e não para a obra em si, pelo que importava que assim que o projeto estivesse concluído e aprovado houvesse verba para a construção da Barragem do Alportel sendo que a sua preocupação resultava do facto de, por mero acaso, ter ouvido na Rádio as declarações da Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, em que dizia que não estava claro, que estavam a fazer o projeto para várias barragens a nível nacional, mas não estava claro quais seriam as opções relativamente à sua construção, tendo-se também referido ao Algarve porque a questão lhe tinha sido colocada exatamente naquele sentido. -----

--- Considerava que era importante deixar ali sublinhado e que todos, as forças vivas de Tavira, os membros da Assembleia Municipal e também o Município, a Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal e, no caso, a ABPRSA, quando o projeto estivesse concluído que era urgentíssimo pelos impactos que tinha, que a realidade da construção da Barragem do Alportel acontecesse de modo a precaver, para além da mitigação da seca, a da defesa das pessoas e bens de possíveis cheias na baixa de Tavira pois não podiam esquecer o que tinha acontecido em Valência há pouco tempo atrás.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, verificando não existirem pedidos de intervenção, colocou o Voto de Congratulação: "Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA)" a votação, que foi aprovado por unanimidade e que se encontra em anexo à presente ata como documento número dois.**-----

--- **Disse que tinham mais um Voto de Congratulação: "Pedro Pires" apresentado pela Bancada PSD.**-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, Líder de Bancada referiu que quem iria fazer a apresentação do Voto de Congratulação era a Deputada Municipal Natércia Joaquim.**-----

--- **A Deputada Municipal Natércia Joaquim cumprimentou os presentes e os que os seguiam através das Redes Sociais e procedeu à leitura do Voto de Congratulação "Pedro Pires":**----- :

--- *«Pedro Pires é natural de Tavira e começou a aprender música com 5 anos na Banda Musical*



*de Tavira. É licenciado em Música – variante de clarinete pela Escola Superior de Música de Lisboa, e, desde 2008 que é músico e compositor residente da Banda da Armada Portuguesa. -----*

*--- Em 2017 foi premiado no 1st International Contest of Original Compositions for Musical Bands (Itália) com a obra Mare Clausum. Em 2022 venceu o primeiro prémio com menção de honra no Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou” organizado pela Sociedad Ateneo Musical de Cullera (Espanha) com a obra A Flight to the Future. -----*

*--- Em março de 2023 foi premiado no 1st International Music Competition Vienna com a obra The Legend of Brianda. No mesmo ano foi-lhe atribuído pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal através do seu presidente Dr. José Ribeiro e Castro, o prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa 2022 na categoria de “Artes e Feitos Excepcionais” que traduz a importância do trabalho que tem vindo a realizar no âmbito da composição. -----*

*--- Em 2024 foi finalista no concurso de composição da World Association for Symphonic Bands and Ensembles, cuja performance final decorreu na cidade de Gwangju, na Coreia do Sul. -----*

*--- E no passado mês de novembro foi o grande vencedor do II Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou”, do Ateneu Musical de Cullera – Espanha, com a obtenção do diploma de platina, obtendo a maior pontuação em todas as categorias do concurso com a obra “Eleutheros”, para banda sinfónica e no mesmo concurso, alcançou também o 1º prémio na categoria “Obra para solista e Banda” com a peça “Growing Up!”, um concerto para saxofone solista e banda. -----*

*--- Ao longo da sua carreira, destaca a experiência de ser compositor na Banda da Armada como muito gratificante, mencionando que ouvir o seu trabalho reproduzido pelos camaradas “é das sensações mais bonitas” que pôde experienciar. -----*

*--- O Primeiro-Sargento Pedro Pires realça ainda que atuar na região do Algarve, de onde é natural, com a Banda da Armada torna a saudade de casa mais reduzida e transforma a atuação, num momento ainda mais especial. -----*

*--- A Banda da Armada, nas palavras do militar, é um veículo de transmissão da cultura naval no território nacional e, inclusive, internacional. Como diz – “Se os navios não chegam lá, a Banda certamente chegará e fará chegar a Marinha junto dessas populações mais afastadas do litoral”.*

*--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 11 de dezembro de 2024, delibera: --*

- • Congratular o Pedro Pires, pela conquista do título de II Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou”, do Ateneu Musical de Cullera;-----*
- • Congratular a Banda da Armada; -----*
- • Enviar o presente Voto de Congratulação ao Pedro Pires e à Banda da Armada;-----*



--- • Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou o Voto de Congratulação: “Pedro Pires” a votação que foi aprovado por unanimidade e encontra-se em anexo à presente ata como documento número três. -----

--- Referiu que naquele dia tinham muito pouco público, no entanto podiam olhar para trás e dar os parabéns à mãe de Pedro Pires que estava a assistir à Assembleia Municipal presencialmente. Reiterou os parabéns à mãe e à família de Pedro Pires. -----

--- Disse que tinha um pedido de intervenção do Deputado Municipal José Graça.-----

--- O Deputado Municipal José Graça reiterou os cumprimentos e disse que antes de abordar o assunto relativamente ao qual tinha pedido a palavra, pretendia evocar a memória de dois autarcas, um do Algarve e outro do Concelho de Tavira que recentemente tinham partido, pelo que não queria deixar de evocar o seu exemplo de serviço público e dedicação à Região do Algarve e aos seus munícipes de origem. -----

--- Referia-se ao malogrado Presidente Carlos Tuta que tinha sido Presidente da Câmara Municipal de Monchique, mas que se tinha destacado quer a nível nacional como regional enquanto Presidente da Associação de Municípios do Algarve e também como representante da Região do Algarve enquanto membro do Comité das Regiões ao longo de dois (2) mandatos. -----

--- Em segundo lugar, gostava de evocar também a memória de Carlos Paulo Moreira que tinha desempenhado funções em representação do PS na Assembleia de Freguesia de Santiago entre os anos 2005 a 2009 e que também tinha partido recentemente do convívio na terra. Paulo Moreira tinha sido um jovem que tinha vencido e subido na vida com o seu esforço, tendo terminado a sua carreira profissional como advogado em Tavira, pelo que não tinham pretendido deixar de evocar a sua memória naquele momento, reconhecendo o trabalho que tinha desenvolvido em prol do Concelho de Tavira enquanto membro da Assembleia de Freguesia de Santiago. -----

--- Pretendia apresentar ali um assunto que era um voto de confiança no futuro.-----

--- O Grupo de Trabalho para a desagregação das freguesias tinha concluído, na semana anterior, os seus trabalhos e aprovado a desagregação de duas uniões de freguesias do Concelho de Tavira cujo processo havia tramitado naquela Assembleia Municipal, havia cerca de dois anos.-----

--- Queria, em nome da Bancada do PS, sublinhar aquele passo, que era apenas um passo no processo, que tinha tido algumas vicissitudes, mas acabado por se coroar de sucesso em termos de Grupo de Trabalho.-----



--- Naquele momento, pretendia parabenizar os executivos da União de Freguesias da Conceição e Cabanas de Tavira e da União de Freguesias de Santo Estevão e Luz de Tavira por terem iniciado aquele processo, mas também reconhecer o importante papel que o Executivo Municipal e os serviços do Município tinham tido na colaboração e elaboração dos processos, na sua configuração de modo a serem apresentados à Assembleia Municipal e na Assembleia da República.-----

--- Para terminar queria manifestar a sua esperança no futuro uma vez que o processo após a tramitação do Grupo de Trabalho iria passar à Comissão do Poder Local na Assembleia da República, mas também seria apresentado em Plenário. Assim, esperavam que a vontade das populações e o trabalho que tinha sido mantido até ao presente para que aqueles processos fossem aprovados em sede de Grupo de Trabalho, fossem coroados com a aprovação no Plenário da Assembleia da República e no regresso das freguesias tradicionais do Concelho de Tavira, com as freguesias da Conceição de Tavira, Luz de Tavira e Santo Estevão que eram freguesias com mais de quatro séculos de existência, mas também com o regresso da jovem Freguesia de Cabanas de Tavira que em 2013 tinham visto ser-lhe cortado o processo de desenvolvimento que estavam a conhecer.-----

--- Acrescentou ainda, que devia de reconhecer que se tratava de um trabalho realizado por vontade das populações, sendo que eles, enquanto autarcas, apenas tinham dado voz à sua vontade e, felizmente o processo tinha acabado com sucesso.-----

--- Concluiu parabenizando a população da Luz de Tavira, Santo Estevão, Conceição de Tavira e Cabanas de Tavira, que tinham lutado para voltarem a ter as suas freguesias e que mereciam que a sua vontade fosse reconhecida pelo poder, quer a nível local, quer a nível central.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que gostava de questionar a Presidente da Câmara Municipal sobre um assunto que já ali tinham falado algumas vezes e que se referia à previsão de abertura do CineTeatro até ao final do corrente ano, pelo que pretendia saber se já existia alguma previsão com todos os procedimentos que ainda faltavam concluir.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que antes de continuar também pretendia felicitar Pedro Pires, a sua mãe, parabenizando-os, bem como a sua família, porque enquanto crianças os pais acabavam por impulsionar as direções que a vida de cada um acabava por tomar e, portanto, dava os parabéns à família e desejava a Pedro Pires as maiores felicidades, que continuasse a representar Tavira tão bem como o tinha vindo a fazer sendo que o que tinha ali tinha sido lido, demonstrava a forma como sempre tinha representado Tavira, pelo que pretendia parabenizá-lo antes de continuar.-----



--- Em relação ao CineTeatro continuavam a trabalhar pois tinham um problema no AVAC e, tal como tinha dito, no dia seguinte, pensava que seria pelas quinze horas e trinta minutos, iria reunir com o Administrador da Empresa Veiga Lopes, S.A. que era o empreiteiro e que esperava ter novidades, mas apenas no dia seguinte, pois naquele dia não tinha. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os seus colegas deputados municipais e o público que estava a assistir em casa.-----

--- Referiu que a sua intervenção era no sentido de questionar quando seria efetuada uma alteração ou renovação do contrato de deslocação de competências, do auto de deslocação de competências, uma vez que, inclusivamente, existiam presidentes de junta de freguesia que estavam presentemente em funções e que não estavam na altura em que os contratos tinham sido assinados pois eram documentos do ano de 2017. Já tinham passado por uma guerra, uma crise global em termos pandémicos, e continuavam tal como no início com as mesmas competências e os custos aumentavam todos os dias.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que já tinha dito por várias vezes naquela Assembleia Municipal e ao Presidente da Junta de Freguesia que os contratos tinham sido revistos no ano 2021 para durarem os quatro anos do mandato, pelo que seriam revistos no mandato seguinte.-----

--- Disse que naquele dia apresentavam a revisão de um contrato Interadministrativo com Cachopo e que o Presidente da Junta de Freguesia estava a falar dos contratos de delegação de competências, o que não era o que iriam apresentar. O contrato de delegação de competências era elaborado com base na Lei 50/2018 cujas competências sendo da Câmara Municipal tinham sido delegadas na Freguesia, no caso, tratava-se do transporte escolar.-----

--- Acrescentou que também tinham um pedido da Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira para que este fosse atualizado e que iriam atender, todavia o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo queria uma atualização de valores que eram liquidados, sendo que aquela atualização seria efetuada no ano de 2025. Situação diferente era o valor da Freguesia de Santo Estevão e Luz Tavira porque este tinha em consideração que a Câmara Municipal tinha deslocados, destacados, na Junta de Freguesia trabalhadores e, naquele momento já não estavam, pelo que a Junta de Freguesia pretendia ser ressarcida do valor monetário, uma vez já não tinham funcionários da Câmara Municipal, para que pudessem abrir concursos e serem eles a contratar, ou então, que a Câmara Municipal destacasse novos funcionários para a Junta de Freguesia. -----

--- Era, pois, o que estavam a avaliar e que também já tinha respondido ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira quanto aos valores dos contratos de execução porque

tinham delegado tudo o que tinha sido possível delegar e que tinha sido aceite por ambas as partes, Câmara Municipal e assembleias de freguesia, sendo que os valores seriam atualizados no mandato seguinte.-----

--- Concluiu reiterando que tal tinha sido dito na Assembleia Municipal quando os contratos tinham sido celebrados e repetido várias vezes durante o atual mandato.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que o que tinha acabado de citar, que pensava todos teriam percebido ao que se referia, era ao Auto de Deslocação de Competências, pois considerava estranho estarem a trabalhar com contratos dos mandatos anteriores quando já tinha havido novas entradas para um novo mandato. Assim pensava que, pelo menos, deviam de ser revistos e que todos tivessem conhecimento de todas as alíneas que os contratos continham. -----

--- No entanto, o que pedia ali era tão só uma atualização dos valores, que o contrato tivesse um universo mais real relativamente à Freguesia e uma maior aproximação à realidade. Presentemente no contrato total, porque desconhecia as adendas ao contrato que ia apenas conhecendo a pouco e pouco, pelo menos no caso de Cachopo, este não tinha qualquer aproximação à realidade dos factos e das localidades e pensava que os restantes presidentes de junta também já o tinham transmitido. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que ia responder novamente. Não existiam quaisquer adendas ao contrato porque o contrato de execução era o contrato de execução, sendo o que constava no seu articulado com os respetivos anexos.-----

--- Reiterava que se o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo não estava satisfeito com o contrato de execução, que tinha de ser celebrado de comum acordo, apenas tinha que deliberar em Assembleia de Freguesia que pretendia a sua rescisão. Quanto àquela matéria estavam conversados. -----

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo dizia que o contrato não refletia a realidade da Freguesia porque considerava que deveria ter mais competências, mas apenas podia conter as que estavam previstas na Lei 50/2019 sendo que a Câmara Municipal não podia pagar pelo trabalho que a Freguesia tinha a competência para realizar e não a Câmara Municipal.-----

--- Referiu que se fosse necessário explicar mais, estava sempre disponível.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando que não tinha mais pedidos de intervenção, informou que iriam entrar na Ordem do Dia que se iniciava com as informações da Presidente da Câmara Municipal.-----

--- **A primeira informação era a Apreciação da informação da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.** -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que desde setembro anterior tinham ocorrido um conjunto de eventos, nomeadamente exposições. Tinham ali, o que provavelmente constituía a grande novidade de todas as exposições, a que estava patente e se intitulava *“Do Barro à Roda do Oleiro – Cerâmicas da Rua das Olarias”* que estava relacionada com todo o trabalho arqueológico que tinha sido efetuado, do que tinham sido os achados ali encontrados. -----

--- Como sempre, tinham tido uma atividade cultural bastante intensa com os *“Diálogos da Liberdade”* que tinham acontecido ali na Biblioteca Municipal. No mês de outubro tinham tido Rodrigo Sousa e Castro e José Fanha, no dia 18 de novembro, João Soares e a sua médica uma vez que Alfredo Cunha tinha acabado por não conseguir estar presente.-----

--- Mantinham os *“Encontro com autores”* e os *“Passeios na História de Tavira”* que continuavam a ter muito público.-----

--- Tinham decorrido várias exposições como a exposição de fotografia do concurso de turismo que o Município tinha realizado e que estava na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos e se intitulava *“Roubei um livro na cabine, e vou ler”*.-----

--- Tinha-se realizado o *“18.º Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios – ICP 24”* que era um encontro entre paremiologistas, com vários professores e doutorados que tinham estado em Tavira durante uma semana a debater vários assuntos, nomeadamente no âmbito da paremiologia, dos provérbios, sendo que era um Colóquio que já se realizava há 18 (dezoito) anos, pelo que destacava. -----

--- Realizou-se o *“Festival Internacional de Órgão”* e destacou o último concerto realizado no dia 24 de novembro que tinha sido espetacular, com o Coro Jubilate Deo a quem parabenizava pelo concerto, pela forma de cantar que realmente tinha sido muito bom. -----

--- Também no fim-de-semana anterior, na Casa do Povo de Santo Estevão, tinham tido Carmen Souza que também tinha sido de grande qualidade. -----

--- No Equinócios, que era o programa cultural realizado com as associações culturais que, como já várias vezes tinha referido, representava um investimento na ordem do € 90.000,00 (noventa mil euros), tinham tido a atuação de Silvino Campos, cinema, dança, poesia, tendo as associações do concelho realizado um conjunto de atividades.-----

--- No que se referia à Programação de Natal, tinha-se iniciado no dia 30 de novembro com as Feiras no Mercado da Ribeira pelas associações de artesanato do concelho, ASTA, Albacora e Almadrava. Também tinha havido a Chegada do Pai Natal que resultava de uma parceria com a Associação da Baixa de Tavira, sendo que à semelhança de anos anteriores estava montada a *“Casinha do Pai Natal”* com o Pai Natal, na Praça da República. -----

--- Quanto à Programação de Natal, destacava para os dias seguintes o Concerto da Banda que pensava se iria realizar no dia 20 de dezembro, bem como o Concerto de Natal que ocorreria no dia 21 de dezembro.-----

--- Passando ao Desporto, também se tinham realizado vários eventos como o “3.º Rali de Tavira”, o “7.º ALUT – Algarviana Ultra Trail – 2024” que tinha percorrido toda a Via Algarviana e, pensava, que tinha passado por Cachopo. -----

--- Tinha acontecido a tradicional Feira de São Francisco no mês de outubro. No corrente ano tinha sido algo diferente, com alterações, com programação, com as atuações de Toy e Cristiano Martins, com dança pelas Pérolas do Gilão e Rancho Folclórico de Santo Estevão, pelo que tinha sido a Feira, mas também com bastante atividade cultural e artística. -----

--- Tinha realizado o Mês Sénior, durante o mês de outubro, em que tinham sido efetuadas várias atividades para os seniores do concelho. Tinha-se iniciado no dia 1 de outubro, como sempre, com a Missa do Dia do Idoso. Tinha tido uma ação de sensibilização ali naquela Biblioteca Municipal com a presença da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Tavira para falar sobre a proteção dos idosos. Tinha tido atividade física, um desfile de moda intitulado “Do velho se faz novo” que tinha sido muitíssimo interessante. Tinha sido um mês bem passado e dedicado aos seniores a quem agradecia a participação ativa. Também tinham realizado passeios pela Ria Formosa. -----

--- Outras iniciativas tinham sido realizadas pelo Centro de Ciência Viva que também era parceiro da Câmara Municipal, tinha havido as “Comemorações do Dia de São Martinho”, mais uma vez, a Feira de Noivos que era uma realização da Associação Baixa de Tavira e que também tinha estado muito bem organizada, parabenizando por isso, as celebrações em honra de Santa Catarina e São Luís e, no final de semana anterior, em honra da Nossa Senhora da Conceição. -----

--- Passando ao tema Obras e Urbanismo, a Presidente da Câmara Municipal, disse que tinham já adjudicado o procedimento para o “Aproveitamento de Água das Piscinas para Fins não Potáveis” bem como as “Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”.-----

--- Informou que o procedimento para a “Intervenção no Passadiço de Cabanas” tinha ficado deserto pelo que iriam voltar a lançar uma nova empreitada por valor superior pois pretendiam reabilitar o passadiço de Cabanas tentando intervir o mais rapidamente possível. -----

--- Pensava que já estava assinado o contrato para a “Requalificação do Espaço Envolvente ao Polidesportivo da Conceição”. -----

--- No que se referia à “Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente” aguardava Visto do Tribunal de Contas.-----

--- Quanto à *“Reposição de Legalidade Urbanística – Execução Coerciva (Processo Administrativo 48/17) no sítio de Montes e Lagares – Santa Catarina da Fonte do Bispo – Tavira”* estava relacionada com um processo administrativo do Tribunal, sendo que em resultado da sentença, teria de ser demolido. -----

--- Já tinham empresa para a *“Empreitada de conceção-construção para a reabilitação de troços da muralha do Rio Gilão, em Tavira”* pois como sabiam, existia uma parte em que as pedras tinham caído, conforme também mostrava na imagem do diapositivo. -----

--- Estavam a decorrer os *“Estudos geológicos/geotécnicos em Tavira e Santa Luzia”*. Em Santa Luzia estavam relacionados com a questão da requalificação da zona desportiva para posteriormente poderem desenvolver uma especialidade. -----

--- Encontrava-se na plataforma com procedimento a decorrer a *“Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas - Conceição de Tavira”* que se referia à extensão da Unidade de Saúde de Cabanas e Conceição. -----

--- Após vários concursos desertos, finalmente tinham assinado contrato para o *“Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas no Concelho de Tavira – 8.ª fase”*. -----

--- Estava para receber a *“Empreitada para Instalação de balneários públicos na Ilha de Tavira”*. ---

--- A *“Intervenção nos espaços exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia-OP2020”* era um projeto resultante do Orçamento Participativo e estava a decorrer. A empresa tinha saído da obra por alguns problemas, mas, entretanto, os técnicos do Município também tinham detetado umas falhas no projeto pelo que já tinham assinado o contrato de trabalhos complementares e, de acordo com a informação que dispunha, o empreiteiro já tinha voltado ao terreno. -----

--- Também estava a decorrer a *“Execução de Muro de Suporte no Caminho do Fojo”*. -----

--- Tinham contrato assinado para a *“Valorização paisagista dos logradouros dos lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia”*. -----

--- No que se referia à *“Intervenção na cave do Lote 1 da Rua Dr. Morais Simão”* que era a sede das Vicentinas, tinham pedido para que fosse melhorado o acesso e criada uma casa de banho para que pudessem utilizar a sede como apoio às suas atividades, sendo o imóvel do Município, a intervenção estava a decorrer. -----

--- A empreitada do *“Centro de Meios Aéreos de Cachopo”* estava concluída já possuindo receção provisória, o que também se verificava com a *“Substituição de Relvado Sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira”* e a *“Requalificação das Frentes Ribeirinhas – Rua do Cais”*. -----

--- Quanto à *“Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da Cobertura”* que se os deputados municipais se recordavam, faltavam os balaústres que tinham sido partidos

inadvertidamente pelo empreiteiro aquando da intervenção, tinham comunicado que iriam colocá-los na segunda semana do mês de janeiro seguinte.-----

--- No que se referia à “Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro” já tinha explicado. Tinha tido alguns problemas com o AVAC que não funcionava. O subempreiteiro tinha estado a trabalhar e no dia seguinte iriam reunir, pelo que estava a contar que pudessem ter informação positiva e que finalmente fosse possível procederem à receção provisória da obra para depois avançarem com o pedido de vistoria da Autoridade de Emergência e Proteção Civil.-----

--- Concluiu desejando Boas Festas e formulando o convite para que se juntassem no dia 31 de dezembro, para a Passagem de Ano para 2025, com os Revenge of the 2000s.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto das Informações - Apreciação da Proposta n.º 261/2024/CM – “EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M., Lda. – em liquidação” – Destituição do liquidatário.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que considerava que aquele assunto já tinha sido sobejamente falado. Tinham procedido à substituição do liquidatário e, entretanto, realizado a Assembleia Geral que era o local em que realmente a decisão era tomada e ficava vertida em ata, pelo que aguardava uma reunião com o novo liquidatário.-----

--- Já tinha recebido a ata assinada pelo Presidente da Assembleia Geral, sendo que, presentemente, o novo liquidatário iria começar a trabalhar no sentido de efetuar o ponto de situação porque, como já várias vezes tinha dito, não tinham o conhecimento total de todas as questões relacionadas com a EMPET.-----

--- Terminou dizendo que pensava que a reunião com o liquidatário se realizaria na semana seguinte, pelo que, naquele momento não tinha muito mais informação a prestar, sendo que o processo estava a decorrer os tramites normais para situações como aquela.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que existia ainda um outro ponto de informações pelo que no final passaria a palavra aos deputados municipais.-----

--- **O ponto número três referia-se à Apreciação da Informação n.º 15005/2024 – Parceria público-privada | Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente E.M. | Renovação.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que ambas as informações estavam bem elaboradas e nelas constava o que tinha sido efetuado, pelo que, mais do que apresentar, colocava-se à disposição dos deputados municipais para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.-----

--- Como era do conhecimento de todos a Taviraverde tinha resultado na sua constituição de uma parceria público-privada que se tinha iniciado, se não estava errada, no ano de 2004. Por aquela altura tinha havido um concurso público para a escolha de um parceiro privado, sendo que daquele concurso tinham sido escolhidos os sócios privados, a AGS - Administração e Gestão de

Sistemas de Salubridade, SA e a Agetav - Agência de Desenvolvimento de Tavira S.A, tendo a escritura sido realizada em 28 de fevereiro de 2005.-----

--- O contrato tinha a duração de vinte (20) anos o que significava que no ano de 2025 a parceria estaria terminada. Todavia o Caderno de Encargos previa a existência de renovações automáticas e sucessivas de dois (2) anos até ao limite de quatro (4), ou seja, era possível renovar um total de oito (8) anos, de dois (2) em dois (2).-----

--- No mês de outubro do ano 2023 tinham manifestado à Taviraverde que eventualmente desejavam rever a questão da parceria e dar início àquele processo de negociação para a renovação tendo acabado por reunir e onde o sócio privado tinha acabado por apresentar alguns cenários.-----

--- Um dos cenários referia-se ao término da parceria em que o Município de Tavira teria de liquidar € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) para que a empresa passasse a ser cem por cento (100%) do Município. Outro cenário, haveria uma prorrogação de oito (8) anos e a Câmara Municipal pagaria € 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil euros) e ficaria com a empresa e, um terceiro cenário que seria uma prorrogação por dez (10) anos sem qualquer compensação financeira.-----

--- Tinha colocado várias questões, todavia, presentemente, tinham um enorme problema pois não existia ninguém na Câmara Municipal que tivesse participado na análise do processo inicial, da escolha daquele parceiro. Tratava-se de um processo muito complexo que tinha sido realizado por uma empresa de consultoria e que tinha muitas dezenas, centenas, de folhas *excel* com a criação de vários cenários e taxas. Os cenários eram criados e existiam premissas no estudo para a escolha daquele parceiro, quais as expectativas que lhe tinham sido criadas, por exemplo, que ao final dos vinte (20) anos, teriam quarenta (40) mil contadores quando na realidade apenas tinham vinte (20) mil, que o valor da água seria muito superior ao atual e, portanto, tinham perspectivas de rentabilidade muito maiores durante os vinte (20) anos. A Câmara Municipal ao escolher aquele parceiro teria criado no parceiro privado aquela expectativa e permitido que tivessem determinada rentabilidade. Assim, era o que o parceiro privado estava a solicitar pois durante os vinte (20) anos não tinham obtido a rentabilidade acordada, exigindo, por isso, para saírem da parceria, aquela compensação financeira.-----

--- Através da Divisão Financeira do Município tinham tentado de todos os modos perceber se as taxas de rentabilidade estavam bem calculadas e como chegavam aos € 10.000.000,00 (dez milhões de euros), mas tinham acabado por solicitar mais documentação que a AGS tinha acabado por não fornecer, pelo que tinham ficado algo impedidos e, portanto, tinham

considerado que nos termos do contrato a parceria se tinha renovado automaticamente por dois (2) anos. -----

--- Considerava que naqueles dois (2) anos o que precisavam era tentar voltar a negociar, reunir mais vezes, tentar perceber e obter mais informação sobre o processo e voltar a reforçar o pedido de elementos porque continuavam sem os possuir e, eventualmente, tinham ainda ponderado a contratação de alguma empresa ou consultora que pudesse, de algum modo, ajudar com aqueles números. -----

--- Acrescentou que já tinham refeito todas as folhas de excel que constavam no processo porque apenas as tinham em PDF o que não lhes permitia trabalhar sobre as mesmas. -----

--- Assim, consideravam que, face à informação que possuíam, a melhor decisão era a renovação automática da parceria. -----

--- Não podia dizer que, naquele momento, o pagamento de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) não causaria um enorme distúrbio na estabilidade financeira do Município para além de que ainda não tinha conseguido perceber como tinham chegado àquele valor. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** deixou o cumprimento a todos nas palavras iniciais da sua Líder de Bancada. -----

--- Disse que, quanto à questão da EMPET caminhavam para aquilo que era a entrega a um especialista em insolvências conhecido pelo seu curriculum e, portanto, caminhavam para uma situação que presentemente, no entender da sua Bancada, era irreversível, sendo que já o era quando a Bancada do PS os tinha instado a ajudar na resolução da situação, tinham ficado surpreendidos que naquele mesmo dia em que a Bancada do PS lhes tinham feito aquele apelo não tivesse havido mais informação por parte do Município de Tavira. Tal tinha acontecido porque naquele dia quando estavam a solicitar a intervenção, a ajuda, já estava a decorrer um outro facto que deveria de ser do conhecimento da Câmara Municipal. -----

--- A EMPET para além de todos os processos judiciais que tinha, já tinha um novo que era grave, movido pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) em que tinha procedido à penhora de todas as hipotecas que tinham. Portanto, aquele facto não tinha sido transmitido à Assembleia Municipal, o que era muito importante, pelo que cada vez ficavam mais desconfiados com aquele processo sendo que não lhes podiam pedir, nem responsabilidades, nem absolutamente colaboração alguma quando do outro lado não se verificava o mesmo comportamento. -----

--- Como tinha dito tratava-se de um processo completamente irreversível, sendo que com aquele novo facto tinha a impressão que não havia como voltar atrás da insolvência, sendo o que iria acontecer por parte de quem governasse a Câmara Municipal nos anos seguintes, recebendo aquele facto como um dado assumido por defeito por não existir nada a fazer relativamente à



questão e, havendo consequências jurídicas do facto de existir uma insolvência, a sua Bancada seria completamente alheia.-----

--- Relativamente à Taviraverde certamente que os deputados municipais mais antigos que ali estavam e que há vários anos desempenhavam funções naquela Assembleia Municipal, se recordavam da ideia que o Executivo Municipal e o Ex-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho, tinha da Taviraverde, que era um mau negócio, que o serviço que prestava seria muito melhor se fosse diretamente prestado pelo Município. Porém, não iria repetir todas as adjetivações relativas ao negócio anteriormente celebrado.-----

--- Passados todos aqueles anos, a Taviraverde tinha-se revelado como uma empresa que prestava um bom serviço à cidade, que tinha procedido à renovação das condutas de água, o que tinha levado a que Tavira fosse um dos Municípios com menores perdas de água, que tinha renovado o parque da Taviraverde, que tinha funcionários que lhe pareciam agradados com a entidade patronal, com regalias extracontratuais que os próprios trabalhadores do Município não tinham, sendo, portanto, uma empresa que, do que ele conhecia, lhe parecia que estava a trabalhar bem.-----

--- Assim, ficava sem perceber como é que quando no ano 2015, seria praticamente obrigatório fazer uma análise intermédia dos resultados, dos números, da atuação da Taviraverde, nada tinha sido feito. Como é que depois disso, chegados a uma altura em que era previsível que o contrato cessasse e regressasse ao âmbito do Município ou constituísse uma base de negociação, o Município chegasse àquela altura sem uma auditoria à Taviraverde, sem uma proposta para apresentar, sem efetuar uma contraproposta e se sujeitassem, pura e simplesmente, a ter três (3) cenários, que todos lhe pareciam desastrosos para o Município de Tavira, e que não houvesse de imediato uma reação.-----

--- Pensava que aquela situação não era viável numa grande empresa que tinha vários sócios. No mundo empresarial não podia acontecer, por isso não percebia como podia acontecer no Município, pensando que apenas tinha acontecido por estarem distraídos e não porque não tivessem administradores na Taviraverde.-----

--- Concluiu dizendo que o desculpassem, mas aquela não era forma de gerir uma empresa municipal.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que tinha ficado algo confusa com a intervenção do Deputado Municipal Jorge Corvo.-----

--- Estava exatamente relacionada com a questão da Taviraverde pelo que pretendia pedir um esclarecimento mais profundo, mais minucioso sobre a constituição da empresa, quem a tinha



constituído, que Executivo Municipal, a questão do concurso e se as premissas do mesmo tinham acautelado ou não, os interesses da Câmara Municipal, do Município.-----

--- Pretendia ainda que explicassem como apareciam os € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) no ano 2025, exatamente, quando terminava o prazo em que deveria de ser analisada a adjudicação e se a Câmara Municipal deveria de pagar os € 10.000.000,00 (dez milhões de euros).

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que também tinha ficado confusa porque afinal a Taviraverde era uma boa empresa, mas pouco depois já era mal gerida.-----

--- Quanto à Taviraverde e EMPET só tinha a dizer que não tinham sido problemas criados ao Município por executivos do PS pois ambas já existiam quando os executivos do PS tinham sido eleitos, sendo que, naquela altura a situação de cada uma das empresas era a seguinte:-----

--- A EMPET tinha um parque que não estava terminado, estava em litígio com o empreiteiro que tinha de infraestruturar o parque e não tinha um único lote vendido. Tinha administradores com ordenados e outras responsabilidades. -----

--- A Taviraverde era uma empresa que estava endividada e, ainda tinha um acréscimo pois a Câmara Municipal não pagava à Taviraverde os contratos que tinham celebrado, quer fossem os verdes ou a águas por cerca de sete (7) ou oito (8) meses o que queria dizer que a Taviraverde não tinha apenas um problema, mas dois. Tinha um problema de endividamento e um problema de liquidez, o que sabia não ser uma boa situação que o Executivo do PS, do qual ela tinha sido Vereadora, no ano de 2009, tinha herdado. -----

--- Assim quando estavam ali a falar do futuro, pensava que era importante também admitirem que não tinham feito melhor e que também tinham deixado para outros problemas para resolver, o que esperava não acontecer com ela.-----

--- Relativamente à EMPET, já ali muitas vezes falada pelas soluções, o Deputado Municipal Jorge Corvo era mais do que conhecido por todas as suas abordagens relativamente à EMPET, quer fossem com ela ou com o Ex-Presidente Jorge Botelho, bastando para tal ler as atas que ficariam devidamente esclarecidos. -----

--- Posteriormente a EMPET tinha tido uma nova administração que tinha tentado dar-lhe um novo ímpeto com o Ativar Tavira e acabado por conseguir concluir o Parque, vender lotes, usufruir de candidaturas e ter dinheiro. Em determinada altura tinha começado a ter resultados líquidos negativos tendo havido necessidade de se iniciar o processo de liquidação que todos já conheciam e, se estavam a fazer uma liquidação e não um processo de falência era porque nunca o tinham pretendido, nem quando o tinham iniciado, nem presentemente. O Deputado Municipal Jorge Corvo tinha sempre falado em insolvência e, sendo uma pessoa com alguma teimosia, nunca diria que iam fazer algo de bom. -----



--- Relativamente à questão da CCAM, não tinha sido notificada sobre qualquer ação por eles movida e, portanto, o que o Deputado Municipal Jorge Corvo estava a dizer que sabiam, afirmava que não era verdadeiro, sendo que ele lhe tinha dado uma novidade, que agradecia. Certamente que o liquidatário saberia e informá-la-ia.-----

--- Podia dizer que o que tinha sido informada relativamente à EMPET era que tendo uma ação relativamente à qual tinha perdido pelo cálculo dos juros, tinha-a ganhado em Primeira Instância conforme informação que lhe havia sido prestada pelo advogado da EMPET, não lhe tendo sido informado nada mais.-----

--- Disse que talvez houvesse informação privilegiada noutros locais que não na Câmara Municipal.-----

--- Passando à Taviraverde era verdadeiro que tinha sido constituída numa altura em que a Câmara Municipal, provavelmente teria uma situação financeira pior, e sendo um facto a necessidade de intervir na rede pois tinham perdas de água na rede em mais de cinquenta por cento (50%), tinha-se procurado um parceiro privado. -----

--- A questão tinha sido o prometido ao parceiro privado, a rentabilidade prometida de doze por cento (12%), ou seja, convidando-o a investir que era melhor do que o Banco, o que tinha ficado estabelecido no acordo parassocial assinado, que tinha sido presente em Tribunal de Contas e na Assembleia Municipal, mas certamente que tal não tinha sido negociado pelos deputados do PS.--

--- Acrescentou que se verificassem nas atas, porque a memória também era algo importante na vida de todos, tinham ouvido várias vezes o antigo Presidente, Jorge Botelho, dizer que se pretendessem terminar com a parceria teriam que pagar dez (10) ou doze milhões de euros (€ 12.000.000,00), sendo que todos sabiam a razão, porque a questão de se poder terminar com a parceria passando a empresa a ser cem por cento (100%) pública, ou eventualmente outra solução, sempre ali tinha sido discutida. Certamente que os deputados que estavam naquela Assembleia Municipal há mais anos, se lembrariam. Assim, referirem umas vezes que a Taviraverde era muito boa e outras muito má, era um tipo de conversa que para ela não servia, ou era sempre boa, ou sempre má. -----

--- Considerava que a Taviraverde era uma boa empresa, sendo que percebia porque pretendiam dar aquela imagem de má gestão pois estavam a entrar no período pré-eleitoral pelo que era preciso denegrir a Presidente da Câmara Municipal que até era conotada como sendo uma pessoa séria com algum rigor nas contas, pelo que era importante darem uma imagem de que era tudo mal gerido, que ela era uma tonta que não sabia o que andava a fazer. Pensava que lhes ficava mal, que ela era bastante atenta e tinha resolvido muitos problemas da Câmara Municipal e quando tomava aquelas decisões eram bem ponderadas, não sendo tomadas de cabeça no ar



como o Deputado Municipal Jorge Corvo pretendia fazer crer, contudo ela pensava que ninguém acreditaria.-----

--- Tratava-se de um problema gerado no ano de 2005, sendo que sabiam muito bem quem era o Executivo Municipal de então. Não estava a criticar se tinha sido bem ou mal feito, sendo que o que estava mal eram os pressupostos do estudo base que tinha sido aprovado pois estavam muito aquém do que era a realidade de Tavira sendo que a rentabilidade proposta também estava muito aquém do que eram as rentabilidades de muitas empresas do país, pelo que, obviamente que no final teriam sempre de pagar a quem tinha colocado conhecimento, investimento, ou então teriam de manter a parceria durante mais alguns anos, pagando menos, conforme o parceiro privado tinha dito. Não tinha analisado pelo que desconhecia se as parcerias tinham as mesmas normas das concessões, sendo que nas últimas era possível no final, fazer-se um reequilíbrio financeiro. -----



--- Porém não lhe parecia que a Taviraverde fosse um problema naquele momento pois tratava-se de uma empresa que estava a realizar um bom trabalho, a investir na ordem dos sete milhões de euros (€ 7.000.000,00), estando a mudar todas as condutas da cidade, a reduzir perdas de água, a qualidade da água era boa e tinham conseguido que não se verificassem aumentos de preços, sendo que o motivo pelo qual tinham que pagar os dez milhões de euros (€ 10.000.000,00) era porque precisamente, nem ela, nem Jorge Botelho, tinham permitido que fossem efetuados os aumentos previstos no estudo base aprovado pela Assembleia Municipal, na qual ela não participava, sendo que nunca tinham tido aumentos dos tarifários de acordo com o que constava no estudo base pois, caso contrário, o valor a pagar seria três (3) vezes mais elevado que o atual. -

--- Assim, pensava que não podiam ser demagogos porque se tivessem seguido as premissas do estudo base e presentemente não houvesse qualquer verba a pagar, passados os vinte (20) anos, teriam um preço da água elevadíssimo em Tavira, porque apenas tinham vinte mil (20.000) contadores a pagar água e estavam previstos quarenta mil (40.000). Estava a tentar explicar para leigos porque aquele era um caso muito complexo até para ela cuja formação era na área da gestão.-----

--- Desconhecia se a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha ficado esclarecida, mas em bom rigor era do que se tratava, sendo que as premissas do estudo base era terem muitos mais contadores e muitos mais aumentos, que, inclusivamente, em determinada altura, o parceiro privado tinha pretendido aumentar ainda mais a rentabilidade e nunca tinha sido aprovada, nunca tinha sido reconhecida.-----

--- Concluiu dizendo que os privados pretendiam sempre ganhar mais, sendo que a Câmara Municipal de Tavira enquanto dona da empresa, sócia maioritária da empresa, tinha pugnado por

zelar pelos tavirenses, sendo certo que se alguém tinha prometido ao sócio privado que iria ganhar uma determinada verba e tal não tinha acontecido, pelo que quem teria que pagar eram todos porque as verbas da Câmara Municipal pertenciam a todos. Assim, mais que nunca a Assembleia Municipal deveria de pensar que, mesmo com todas as contas efetuadas, com todas as consultorias, deixar a parceria com base naquele caso base iria sempre implicar o pagamento de verba que podia não ser os dez milhões de euros (€ 10.000.000,00), mas implicaria sempre dinheiro que era do erário público, não sendo para tal necessário fazerem muitas contas. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que com factos era sempre teimoso porque os números e factos eram indesmentíveis. -----

--- Primeiramente a Taviraverde e a EMPET tinham administradores no tempo em que Macário Correia era Presidente de Câmara Municipal e sempre tinham tido no tempo de Jorge Botelho e Ana Paula Martins, tendo sempre sido remunerados, pelo que aquela situação era perfeitamente normal não entendendo porque tinha sido levantada. Pensava que era daquele modo e sempre seria.-----

--- O segundo facto era que a EMPET apenas iria para um programa de resolução, sendo que desconhecia para onde iria no presente, em resultado de uma má decisão, da contestação de uma fatura de pouco mais de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) que poderia ter sido negociada e que se tivessem sido liquidados um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00) a EMPET tinha sido completamente viabilizada e, presentemente, ainda estaria a funcionar porque os ativos da empresa eram muito superiores e seria uma empresa perfeitamente exequível nos termos do relatório efetuado pelos administradores indicados pelos executivos do PS. Não estava a intentar nada bastando apenas recuarem no tempo, o que tinha acontecido tinha sido que uma dívida de um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00) se deveria ter transformado em seis milhões de euros (€ 6.000.000,00) sendo a razão por que a EMPET era inviável e não por outros motivos. -----

--- Não estava a inventar o que quer que fosse e não era teimoso, estando apenas a basear-se nos números que conhecia, sendo que se a Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento de outros, apenas tinha de lhe fornecer porque os números que tinha tendiam a dar-lhe razão até porque tinha duas matemáticas em casa que não lhe perdoariam.-----

-- Relativamente à EMPET considerava que pouco mais havia a dizer e que era apenas uma questão de números, pelo que, enquanto não dispusesse de outros, continuaria a dizer o mesmo.

--- Por outro lado, estranhava muito que os sócios não fossem notificados de um processo judicial que era o que normalmente acontecia em todas as situações de processos judiciais. Existia uma ação judicial e enquanto sócio de uma determinada empresa era-se notificado, o que até acontecia em relação aos credores, aos beneficiários, pelo que questionava se apenas a Câmara

Municipal não tinha sido notificada pois, há meses, que existia um processo da CCAM contra a EMPET e a Câmara Municipal enquanto sócio, desconhecia, mas a ele é que chamavam teimoso.--

--- Em relação à Taviraverde nem se referia a valores, se o negócio inicial tinha sido bom, se na altura com as taxas de juro existentes tinha sido bom ou mau, se a gestão durante todo o período, quer fosse dos anteriores executivos ou do atual, tinha sido boa ou má, não punha aquelas questões em causa mas o que não existia no mundo empresarial era partirem para uma negociação sem uma auditoria, sem saberem qual poderia ser a proposta que iriam apresentar, até onde podiam ir e o que tinham que discutir com a outra parte. O que não podiam era apresentar-se sem saberem e receberem a proposta do parceiro em folhas de excel e relatórios como os que ele tinha recebido com a documentação que provavam que a Câmara Municipal tinha de pagar aquele valor e da parte do sócio que diziam ser maioritário, o que não sabia, diziam que iriam conferir a contas. Considerava que a Câmara Municipal não tinha que conferir as contas do parceiro, mas antes que apresentar as suas próprias contas e confrontar. -----

--- Terminou dizendo que não era teimosia sua, mas sim gestão. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Deputado Municipal Jorge Corvo não tinha ouvido bem o que ela tinha dito, pois tinha referido que tinham efetuado as contas e não tendo conseguido chegar aos valores propostos, tinham solicitado mais documentação. -----

--- Para clarificar referiu que tinham elaborado as contas, que tendo dúvidas tinham solicitado mais documentação que não lhes tinha sido fornecida. -----

--- Não tinha mais nada a dizer e não falaria mais sobre aquele assunto pois considerava que já tinha dado todas as informações que sabia, sendo que daria mais informações à medida que considerasse que a Assembleia Municipal necessitava de novos factos. -----

--- Aqueles pontos que estavam a debater tratavam-se de meras informações à Assembleia Municipal que podia não apresentar se pretendesse esconder o que quer que fosse, todavia como nada tinha a esconder, como era uma pessoa transparente, pugnava pela transparência e pelos atos o mais claros possível. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que a sua Bancada também se pautava por serem rigorosos e aquilo que tinham era uma informação onde apenas constava o ponto de situação por parte de um dos sócios e não estava do outro. O que eram factos era que o que ali tinham, e se lhe dissessem que era teimoso aceitava perfeitamente, mas era o que constatava, não existindo qualquer informação relativamente à perspetiva do Município. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número um referente à Proposta 257/2024/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Unidade de Bem-Estar, Saúde e Sanidade Animal. -----**



--- A Presidente da Câmara Municipal informou que era da competência da Assembleia Municipal decidir o júri para a Câmara Municipal lançar o procedimento. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta 257/2024/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Unidade de Bem-Estar, Saúde e Sanidade Animal que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número dois relativo à Proposta 274/2024/CM – Atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2024. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que se tratava do habitual apoio para a Vila Natal que já era tradição a Câmara Municipal apoiar havia vários anos, iniciativa que tinha iniciado numa altura em que a Câmara Municipal tinha menos programação de Natal que atualmente, felizmente tinha evoluído, sendo que Santa Luzia também nunca tinha pretendido deixar de realizar a Vila Natal e, portanto, tratava-se de um apoio semelhante ao ano anterior, acrescido de um apoio em espécie relacionado com a contratação de som e luz. -----

--- O valor do apoio era de doze mil e quinhentos euros (€ 12.5000,00) acrescido de quatro mil, trezentos e cinco euros (€ 4.305,00) para iluminação e som.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 274/2024/CM – Atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2024, a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número três referente à Proposta 276/2024/CM – Reconhecimento de interesse público municipal para a localização do novo Quartel para os Bombeiros Municipais de Tavira. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que se pretendia a construção de um novo Quartel de Bombeiros que fosse não apenas mais funcional, mas mais adequado ao que eram presentemente os centros de Proteção Civil e de Bombeiros, e também em termos de espaço, era uma necessidade do Município. Ao longo dos últimos anos tinham vindo a recrutar novos bombeiros e, portanto, o espaço do atual quartel estava-se a tornar bastante exíguo. -----

--- No Plano Diretor Municipal (PDM) tinham uma nova proposta de um terreno também ele agrícola. A primeira proposta tinha sido reprovada aquando da primeira reunião da Comissão Consultiva e posteriormente quando tinham tentado fazer reuniões com as entidades que tinham dado pareceres negativos tinham acabado por colidir na escolha da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) de não efetuar a desafetação do terreno. -----

--- Entretanto, e após uma situação que tinha surgido na Câmara Municipal, tinham-se apercebido que o Município seria proprietário de um terreno rústico, que era o que ali



apresentavam, e que confinava com a malha urbana e, portanto, estaria a cumprir as possibilidades e, face à sua dimensão, seria possível a construção de um Quartel de Bombeiros que tivesse todas as condições. -----

--- Nas funções que desempenhava tinha aprendido que o ótimo era inimigo do bom, pelo que tinham entendido que pretendiam avançar naquele espaço que pensavam reunir a área necessária, reconhecia que a localização poderia ser ligeiramente melhor, mas também não era má, e tinha boas vias de acesso. -----

--- Já estavam a pedir parecer à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e a ideia era fazerem um reconhecimento de interesse público e remeter à DGADR para posteriormente seguirem para a desafetação daquele terreno, que era agrícola, para que pudessem construir um novo complexo de Proteção Civil, Quartel de Bombeiros, ou seja, um espaço para aquelas áreas de segurança, proteção civil, proteção e socorro de pessoas e bens. -----

--- Concluiu dizendo que o que pedia à Assembleia Municipal era que fizessem aquela declaração de interesse público pois pensava que não existia nada que fosse de mais interesse público do que realmente terem boas condições para os bombeiros, sendo que além do mais, o Município tinha um território bastante grande e com muitos fatores de risco e, portanto, tinham de ter um corpo de bombeiros bem apetrechado e também bem instalado. Assim, a ideia era a de avançar por ali, pelo menos o terreno pertencia ao Município e já não gastariam verbas com a sua aquisição. Considerava a localização boa e receberiam o parecer positivo da ANEPC. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que finalmente viam ali vertida uma das preocupações da Bancada do PSD que também em quase todas as assembleias municipais se tinham debatido e que nada estava contemplado no orçamento para a procura e conceção de um projeto para o novo Quartel de Bombeiros. Assim, parecia que passados quinze (15) anos iriam ter uma localização para o Quartel de Bombeiros. -----

--- O que gostaria de questionar a Presidente da Câmara Municipal era se não tinha havido uma informação técnica por parte da Proteção Civil Municipal quanto à pronúncia da localização se seria a melhor ou não. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que obviamente que tinham tido uma apreciação por parte do Comandante dos Bombeiros, pois tinha de haver uma opinião sua. Também já tinham falado, ainda que informalmente com a ANEPC e remetido toda a documentação referente ao terreno e esperavam ter o parecer da ANEPC para juntar ao processo e instruí-lo. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 276/2024/CM – Reconhecimento de interesse público municipal para a localização do**

novo Quartel para os Bombeiros Municipais de Tavira, a votação que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número quatro referente à Proposta 277/2024/CM – Contrato de Comodato celebrado com a Freguesia de Cachopo – Prédio urbano denominado “A Lançadeira” – Alteração à cláusula segunda, prazo de cedência (Adenda n.º 2).-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que o edifício da Lançadeira em Cachopo tinha sido cedido à Junta de Freguesia de Cachopo com o prazo de um (1) ano e possibilidade de renovação.

--- O Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha manifestado que pretendia fazer uma candidatura e, para tal, estar-lhe-iam a solicitar que ele demonstrasse a posse do imóvel durante um período superior, sendo que após o esclarecimento de dúvidas, tinham procedido à alteração da cláusula segunda (2.º) do Contrato de Comodato para que deixasse de ter a duração de um (1) ano renovável e passasse a ser de dez (10) anos com a possibilidade de renovar por mais dez (10) num total de vinte (20) anos.-----

--- O Deputado Municipal Rafael Dias referiu que pretendia agradecer ao Município a amabilidade do alargamento do Contrato de Comodato do edifício construído nos anos noventa (90) por um curso de pedreiros com material financiado pela Freguesia.-----

--- A única questão que pretendia colocar era qual tinha sido o primeiro pedido de alteração da vigência daquele Contrato de Comodato uma vez que o fundo aprovado, já estava aprovado há mais de seis (6) meses, e tinham tido quase uma epopeia de um ano e meio à espera, sendo que ao verificar a documentação parecia-lhe que a primeira entrada do pedido de alargamento do prazo do contrato por parte da Junta de Freguesia, tinha sido há dois meses atrás, o que não era do seu conhecimento, pois do que sabia era algo mais alargado e, portanto, gostava de perceber como se tinha desenrolado aquele processo.-----

--- Terminou reiterando os agradecimentos quanto à amabilidade do Município em alargar o prazo do Contrato de Comodato, o que iria permitir juntar os serviços todos no mesmo local, desde a loja do cidadão, serviços municipais, Junta de Freguesia e até Correios.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que se recordava do Presidente da Junta de Freguesia, já há algum tempo, lhe ter remetido um email sobre aquele assunto e também de lhe ter perguntado porque queria aquele alargamento, sendo que não tinha obtido resposta, o que apenas tinha acontecido recentemente e por isso o processo tinha sido iniciado novamente.-----

--- Naquelas questões as conversações telefónicas não tinham validade uma vez que tinham que passar pelos serviços, pelo que normalmente solicitava sempre que fossem remetidas por escrito.

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 277/2024/CM – Contrato de Comodato celebrado com a Freguesia de Cachopo –



Prédio urbano denominado “A Lançadeira” – Alteração à cláusula segunda, prazo de cedência (Adenda n.º 2), a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número cinco referente à Proposta 287/2024/CM – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que no ano de 2014 tinham realizado o Contrato Interadministrativo no qual tinham, entre outras, passado para a Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira a gestão do quiosque que se encontrava no Parque de Lazer da Mata da Conceição, do perímetro florestal. Entretanto, o mesmo era gerido pela Junta de Freguesia, mas apenas quando ali se realizavam festas, eventos, pois não tinham funcionários para poderem ter o quiosque aberto em permanência, tendo, contudo, assegurado as festas como o Dia de Santa Maria e o 1.º de Maio.-----

--- Infelizmente, no ano de 2021, aquando do incêndio em Castro Marim que tinha acabado por alastrar ao concelho de Tavira, o Quiosque tinha ardido e desde então o Parque de Lazer tinha estado encerrado tendo reaberto no corrente ano, em que a Câmara Municipal estava a proceder a algumas beneficiações do espaço com a colocação de novos grelhadores, novo quiosque, novas mesas de piquenique, entre outras. Iriam também proceder à reflorestação sendo que a ideia era que o quiosque fosse gerido, eventualmente, por uma entidade privada que pudesse dinamizá-lo e usá-lo também como apoio a quem visitava o Parque de Lazer. -----

--- Tinham falado com a Junta de Freguesia que tinha admitido não ter capacidade para o manter, tendo deliberado a devolução daquela competência à Câmara Municipal, que já não exercia há algum tempo porque o Parque tinha estado encerrado. -----

--- Apresentava aquela questão, devidamente justificada, pois era competência da Assembleia Municipal aceitar, sendo que não existia qualquer conflito com a Junta de Freguesia, mas tão só poderem dinamizar o espaço e terem uma oferta para as pessoas que visitavam o Parque de Lazer.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 287/2024/CM – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, a votação que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número seis referente à Proposta 288/2024/CM – 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Freguesia de Cachopo.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que tinham aquela delegação de competências Interadministrativa que estava relacionada com o transporte escolar, cujo contrato tinha sido realizado no ano 2017. Referia-se ao transporte escolar que era realizado com o autocarro da



Junta de Freguesia de Cachopo para Martinlongo para transporte das crianças quer para a escola primária, quer para o infantário e contemplava um determinado valor para reparações, motorista e vigilante. -----

--- Entretanto o autocarro tinha completado uma idade em que já não podia ser usado para efetuar transporte escolar e o Presidente da Junta de Freguesia tinha manifestado aquela preocupação pelo que desde então tinham tentado fazer o transporte escolar com os meios da Câmara Municipal o que tinha acontecido durante algum tempo porque, entretanto, também tinha aberto o Infantário em Cachopo, pelo que utilizavam duas carrinhas. -----

--- Assim, o que estavam a apresentar era uma atualização daquele contrato já existente, com a atualização dos valores sendo que a Câmara Municipal colocava as carrinhas e pagava à Junta de Freguesia de Cachopo os recursos humanos para a sua condução no valor de trinta e um mil, trezentos e oitenta euros (€ 31.380,00) para dois assistentes operacionais e catorze mil euros (€ 14.000,00) para a manutenção, reparação e combustível, o que eram valores ligeiramente diferentes do contrato anterior. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que tinham passado de dezassete mil euros (€ 17.000,00) para quarenta e cinco mil euros (€ 45.000,00).-----

--- Considerava que aquele contrato era um pouco resultado do que eram os restantes contratos com o Município, sendo que tal tinha dois sentidos. Primeiramente tinham de realizar aquele serviço porque caso contrário as crianças não tinham forma de ir para a escola pois estavam a falar de zonas rurais em que as distâncias eram grandes o que tornava a deslocação complicada.--

--- Segundo, numa ótica de gestão, porque era muito onerosa a deslocação de motoristas e meios da cidade para a resolução daquela questão.-----

--- Todavia ficava estupefacto por verificar que naquelas renovações, naquelas negociações, quando finalmente chegavam a um valor, não podiam colocar mecanismos de atualização naqueles contratos, o que provocava dois problemas. No mês de dezembro, com aquele contrato, o Município iria finalmente liquidar todo e qualquer custo com o transporte das crianças, contudo no mês de janeiro do ano de 2025, a Junta de Freguesia já teria de suportar cento e sessenta euros (€ 160,00) como já acontecia no contrato anterior que chegava a provocar uma diferença nas contas na ordem dos dezasseis mil euros (€ 16.000,00). -----

--- Assim o que pedia era que naquelas circunstâncias, que pensassem todos num mecanismo de defesa das juntas de freguesia e até do próprio Município, e para que aquele tipo de conversa não voltasse a surgir, que fosse introduzidas de uma vez por todas, mecanismos de atualização naqueles contratos porque os preços subiam, a inflação subia, felizmente os salários subiam e



depois eram as juntas de freguesia que, agarradas aos contratos, ficavam altamente prejudicadas durante períodos de tempo elevados.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** lembrou o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo que apenas aceitava o contrato se assim o entendesse não tendo de ficar agarrado ao que quer que fosse. Todos os contratos celebrados com as juntas de freguesia tinham de ser de comum acordo, portanto se não o quisesse aceitar caberia à Câmara Municipal encontrar uma solução. Consideravam que mais perto era melhor, mas se o Presidente da Junta de Freguesia não estivesse de acordo, apenas tinha de o comunicar. A questão era tão simples como o que tinha referido.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que era muito simples. Pensava que em três (3) anos que ali estavam nunca tinha sido postura do Executivo da Junta de Freguesia negar-se a fazer o que quer que fosse e, consideravam que mais perto era melhor, sendo que a única questão que colocava era que as situações fossem justas para ambos os lados.-----

--- Sabiam perfeitamente que se a Junta de Freguesia não interviesse naquele campo quem iria ficar prejudicado não era a Junta de Freguesia ou o Município, mas antes as crianças de Cachopo que ficariam com um serviço mais longe e que muitas vezes não conseguia responder de forma tão atempada e tão rápida às questões que necessitavam. Portanto, nunca seria por ele, e pensava que da parte da Presidente da Câmara Municipal também, que não haveria um entendimento.-----

--- O único que tinha pedido era que os mecanismos de atualização daqueles contratos não ficassem parados no tempo, sendo, simplesmente proativos no sentido de serem justos para ambas as partes.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 288/2024/CM – 2.ª Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Freguesia de Cachopo, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número sete referente à Proposta 289/2024/CM – Regulamento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de gatos do Município de Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que se tratava do Regulamento CED, captura, esterilização e devolução, que tinha estado em consulta pública e que, em bom rigor, para além daquele Programa definia também a questão dos abrigos para gatos e os voluntários que, de certa forma, podiam cuidar daqueles abrigos.-----

--- De acordo com a informação da Vereadora Sónia Pires, apenas no ano de 2024, tinham esterilizado mais de quinhentos (500) gatos de rua.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 289/2024/CM – Regulamento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de gatos do Município de Tavira a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto oito que se referia à Proposta 290/2024/CM- Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Ano 2025. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que a Taxa Municipal de Direito der Passagem (TMDP) era o normal, a aprovação de zero vírgula vinte e cinco por cento (0,25 %) para o ano de 2025, à semelhança dos anos anteriores.-----

--- Em determinada altura tinha havido a ideia de alterar aquela legislação e taxa, o que tinha acabado por não acontecer sendo que a fórmula de cálculo se tinha mantido, pelo que a proposta era a mesma.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 290/2024/CM – Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Ano 2025 a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número nove referente à Proposta 291/2024/CM – Participação variável no IRS.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que, como todos sabiam, o Município tinha direito a uma participação variável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), um valor até cinco por cento (5%) relativamente a todos os sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho. No ano de 2021, obviamente para vigorar no ano de 2022, tinham apresentado a primeira proposta para baixar aquela participação variável para três vírgula cinco por cento (3,5 %) e depois nos anos de 2022 ou 2023 tinham passado para dois vírgula cinco por cento (2,5 %), sendo o que estavam a manter, desde aquela altura, também para o ano de 2025.-----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira disse que apenas queria sublinhar o esforço contínuo que o Executivo Municipal tinha vindo a fazer no alívio fiscal das famílias nas também no esforço que era bem visível em ajudar as famílias no seu rendimento disponível. Aquelas questões muitas vezes passavam despercebidas de todos sendo por isso importante sublinhar aquela proposta.---

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 291/2024/CM – Participação variável no IRS a votação, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número dez referente à Proposta 292/2024/CM – Derrama a incidir sobre o lucro tributável de 2024. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal afirmou que durante vários anos e porque a atividade económica tinha passado por um período de crise que todos tinham sentido, pelo menos quando ela tinha entrado para o Executivo da Câmara, e na altura tinham decidido, no ano 2011 ou 2012,



não aplicar derrama e tentar de algum modo criar condições de atratividade para que as empresas se instalassem em Tavira. -----

--- Entretanto, como a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha referido, o Município tinha vindo a reduzir os impostos, o que, obviamente constituía uma perda de receita, como era o caso do IRS em que provavelmente estariam a devolver às famílias cerca de trezentos mil euros (€ 300.000,00) e se pensassem no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que ainda estava para deliberação, também estariam a falar de um perda de receita na ordem dos duzentos (200) a duzentos e cinquenta mil euros (€ 250.000,00) anuais porque entretanto tinham vindo a baixar durante os últimos anos. Assim, tinham decidido que também as empresas deveriam de contribuir de algum modo para os impostos municipais e, portanto, no ano anterior tinham fixado a derrama em zero vírgula um por cento (0,1%) e uma taxa reduzida de zero vírgula zero um por cento (0,01 %) para os sujeitos passivos que tivessem volumes de negócio inferiores a cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00). No corrente ano, o que propunham era que fosse aplicada uma taxa de zero vírgula cinco por cento (0,5%) e que a taxa reduzida, ou sejam, para quem tivesse um volume de negócio inferior a cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00) fosse zero (0).

--- Continuou dizendo que em bom rigor o que significava era que uma empresa que tivesse um lucro tributável de mil euros (€ 1.000,00), pagava cinco euros (€ 5,00) à Câmara Municipal o que lhe parecia ser um valor justo, adequado, que não iria lesar nenhuma empresa e que também não seria ele próprio desmotivador das empresas se fixarem no concelho.-----

--- Concluiu dizendo que aquela era a proposta, que era relativamente superior ao ano transato.--

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** tomou a palavra para referir da importância pois era evidente que se verificava um grande dinamismo económico local. Assim, considerava que tinha que haver, como a Presidente da Câmara Municipal tinha referido, políticas sociais e políticas de valorização das pessoas e das famílias e, no fundo, era preciso dizê-lo, era quase meio milhão de euros (€ 500.000,00) que a Câmara Municipal devolvia às famílias que residiam em Tavira, portanto se existia um aumento do dinamismo económico, e que era uma evidência numa perspetiva de solidariedade, empresas e famílias, empresas e pessoas, a Bancada do PS entendia que era de todo importante a aplicação daquela taxa porque também não era muito significativa.

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse desconhecer quais eram os dados da Deputada Municipal Jovita Ladeira quanto às evidências de crescimento económico, de empresas, mas o que pretendiam lembrar era que desde o ano de 2021 a sua Bancada se vinha debatendo com aquele assunto e que, em boa hora, o PS tinha ido ao encontro das propostas que vinham a fazer desde aquele ano, e estava apenas a cingir-se ao atual mandato. Estavam quase no final do mandato e desde o ano 2021 que a Presidente da Câmara tinha dito que no ano de 2022 não

iriam aplicar a derrama, tendo-se começado a aplicar no ano anterior, o que considerava bem, porque tinham vindo a descer o IMI, sendo que para compensar a perda do IMI estavam a aplicar a derrama embora o que tinha sido prometido ali, e ela também ia ver as atas e recordava-se do que tinha sido dito, era a criação de um regulamento de taxa variável, portanto esperava que aquele regulamento "*saísse da gaveta*" juntamente com muitos outros que nem iria referir, mas onde estivessem vertidas algumas contrapartidas para alguns setores de atividade e para que realmente as empresas que tinham sede no concelho e tivessem alguns benefícios bem como as que criassem emprego.-----

--- Terminou dizendo que naquele âmbito considerava importante a criação do regulamento pelo qual também se tinham debatido ali desde o início do mandato.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que o dinamismo económico em monoatividade era complicado. No entanto o que pretendia dizer junto do Executivo Municipal era que na apreciação seguinte tivessem um pouco mais de atenção às juntas de freguesia do interior uma vez que a aplicabilidade daquela medida iria ser praticamente nula uma vez que não existiam muitas empresas naquelas freguesias que estavam em NUTS III que tivessem uma margem de lucro superior a cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00), mas que pelo menos as juntas de freguesia do concelho que pertencessem à NUTS III, ficassem isentas ou em taxa reduzida da derrama nos anos seguintes.-----

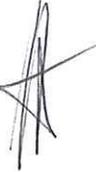
--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente pretendia dizer que o mandato não estava quase a terminar pois ainda faltavam nove meses.-----

--- Segunda questão era que embora se dissesse que os tavirenses "*comiam na gaveta*", a Presidente da Câmara Municipal não costumava guardar "*coisas na gaveta*". Tinham um regulamento, uma proposta de regulamento relativamente à qual posteriormente todos poderiam dar os seus contributos quando estivesse em consulta pública, o que deveria de acontecer no início do ano seguinte, aquele e muitos outros pois, provavelmente, nunca se havia tratado tantos regulamentos como os que estavam a ser tratados no atual mandato e que contava apresentar até ao final do mesmo.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 292/2024/CM – Derrama a incidir sobre o lucro tributável de 2024 a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número onze referente à Proposta 293/2024/CM – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que após aquela trajetória que tinham vindo a traçar nos últimos anos, seis (6) ou sete (7) anos, de diminuição consecutiva do IMI chegariam no



corrente ano à proposta de zero vírgula três por cento (0,3 %) o que representava a taxa mínima para prédios urbanos.-----

--- Para os prédios rústicos a taxa seria de zero vírgula oito por cento (0,8 %) sendo que, para além do referido, propunham ainda que se aplicasse também a redução por força do agregado familiar, de trinta euros (€ 30,00) para um dependente, setenta euros (€ 70,00) para dois dependentes e cento e quarenta euros (€ 140,00) para três ou mais dependentes e voltariam a majorar os prédios degradados no Centro Histórico na Área de Reabilitação Urbana. -----

--- Propunham também uma diminuição da taxa em vinte por cento (20 %) no caso da apresentação de um requerimento comprovando que os prédios se encontravam arrendados para fins habitacionais, ou seja, que tivessem em vigor contrato de arrendamento para habitação. -----

--- No corrente ano iriam ainda fazer uma extensão, uma possibilidade de aumentar o período de isenção destinado a habitação própria permanente, pelo que as pessoas que adquirissem casa estavam isentas durante um determinado período, pelo que ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pensando que os agregados com rendimentos até aos cento e quarenta mil euros (€ 140.000,00) e imóveis com valor tributável até cento e vinte e cinco mil euros (€ 125.000,00) poderiam pedir a prorrogação do prazo de isenção se a Câmara e Assembleia Municipal aprovassem aquela medida, que era o que pretendiam. Assim, poderiam alargar o prazo de quatro (4) anos ou o tempo que a Autoridade Tributária lhes concedesse nos termos das isenções de IMI apenas pedindo uma prorrogação caso preenchessem os requisitos, sendo que tal apenas seria possível para quem tivesse o último ano de isenção em 2025. -----

--- Concluiu dizendo que aquela era a proposta de IMI que apresentavam para o ano de 2025 congratulando-se por, finalmente, chegarem à taxa mínima do imposto. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que a Bancada do PS se congratulava com o facto do Executivo Municipal ter cumprido o que tinha iniciado e atingido a taxa mínima de zero vírgula três por cento (0,3%) relativamente ao IMI que tinha sofrido uma descida gradual, consistente e responsável que precisavam referir porque muitas vezes a oposição queria tudo, e que lhe desculpassem o termo, "*de uma assentada*", mas tinha de haver responsabilidade na gestão dos recursos financeiros. -----

--- Todas as informações que a Presidente da Câmara Municipal tinha prestado no que se referia aos apoios às famílias, à primeira habitação, ao arrendamento, também permitiam um alívio mesmo muito significativo no orçamento familiar de cada uma das famílias em Tavira.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** voltou a reforçar que tinha vindo a ser a batalha do PSD, a criação de um regulamento que tivesse alguma isenção para a primeira habitação, para os jovens na compra de habitação própria até aos trinta e cinco (35) anos de modo a fixar famílias no

interior com uma taxa reduzida para aquelas freguesias, pelo que consideravam que a criação do regulamento era importante e que tinha sido algo que já tinham referido desde o ano 2021 e que a Presidente da Câmara Municipal se tinha mostrado recetiva à criação do mesmo.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 293/2024/CM – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes.**-----

--- O Deputado Municipal Rafael Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo não participou na votação por se encontrar ausente da sala.-----

--- **Passou ao ponto número doze referente à Proposta 294/2024/CM – Atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse em tom de graça que Cachopo não recebia qualquer verba e que o Presidente da Junta de Freguesia estava zangado com ela, mas ainda não tinha percebido por que motivo.-----

--- A proposta que apresentavam destinava-se a regularizar uma promessa já antiga que tinham feito e que estava relacionada com a eletricidade dos furos, sendo que pensava ser o valor restante.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que por vezes se zangava com ele próprio, mas que com certeza não se zangava com mais ninguém.-----

--- Aquela situação tinha sido referida na Assembleia Municipal do mês de dezembro do ano anterior e tratava-se dos furos dos montes de Cachopo e Conceição, em que algumas vertentes ainda tinham ficado para resolver, mas agradecia ao Município, pelo menos a abertura para que pudessem solucionar aquela questão de modo definitivo e de chegarem a uma solução de igualdade perante a população de todo o concelho.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 294/2024/CM – Atribuição de apoio à Freguesia de Cachopo a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número treze referente à Proposta 298/2024/CM – Regulamento de Atribuição e Utilização dos Apoios de Pesca do Município de Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que era outro regulamento que tinham tratado e cuja versão final apresentavam. Tratava-se do Regulamento de Atribuição e Utilização dos Apoios de Pesca do Município de Tavira, nomeadamente Santa Luzia, Cabanas, Tavira e Torre D'Aires.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 298/2024/CM – Regulamento de Atribuição e Utilização dos Apoios de Pesca do Município de Tavira a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número catorze referente à Proposta 300/2024/CM – Procedimento concursal por iniciativa privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à**



exploração e/ou instalação de 1 apoio balnear na área de jurisdição do Município de Tavira – Praia do barril – UB1.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de uma situação semelhante à apresentada na sessão da Assembleia Municipal anterior.-----

--- De acordo com o Regime de Utilização de Recursos Hídricos os privados podiam, por sua iniciativa, solicitar a atribuição daquele título de utilização.-----

--- Aquele pedido estava contemplado e era analisado pelos serviços pois tinham de cumprir um conjunto de parâmetros que uma vez cumpridos, o Município poderia aceitar que tal acontecesse.

--- Tal como o caso apresentado anteriormente, aquele tinha sido aceite e existia uma pretensão para a instalação por iniciativa privada, de um apoio balneário no Barril. O procedimento tinha seguido os tramites regulamentados no artigo 21.º e era elaborado um edital. Tal como no anterior o que apresentavam ali já continha o caso da concessão uma vez que no âmbito do edital que tinha trinta (30) dias para manifestação de interesse na concessão que, caso se verificasse, era aberto o procedimento de concessão para a atribuição da licença, ninguém se tinha manifestado interessado pelo que o processo poderia seguir os seus tramites e ser atribuído àquele titular.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 300/2024/CM – Procedimento concursal por iniciativa privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à exploração e/ou instalação de 1 apoio balnear na área de jurisdição do Município de Tavira – Praia do barril – UB1. a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

--- Passou ao ponto número quinze referente à Proposta 303/2024/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano 2025.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que iria fazer algumas considerações relativamente ao orçamento.-----

--- Em primeiro lugar pretendia dizer que o orçamento que propunham para o ano em apreço era de cinquenta e um milhões de euros (€ 51.000.000,00), algo diferente do orçamento que tinham proposto para o ano de 2024 que tinha sido de quarenta e um milhões e quinhentos mil de euros (€ 41.500.000,00), que não resultava do facto de terem muito mais receita mas porque naquele orçamento tinham incorporado os contratos de financiamento que tinham assinado no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a saber:-----

--- A construção de uma nova unidade de consultas externas num terreno anexo ao Centro de Saúde que estava financiado em cerca de quatro milhões e trezentos mil euros (€ 4.300.000,00);--

--- O procedimento que já tinha referido de beneficiação e ampliação da extensão de saúde da Conceição, Cabanas;-----

--- A reabilitação e ampliação do Centro de Saúde existente;-----

--- Dois apartamentos de habitação social que tinham sido vendidos há alguns anos e que a Câmara Municipal tinha exercido o Direito de Preferência, que também tinham recebido financiamento do PRR para a sua aquisição.-----

--- Acrescentou que, de qualquer modo, pretendia dizer que do que sabiam e apesar de terem contratos de financiamento assinados, as verbas eram manifestamente insuficientes para as intervenções que tinham de lançar.-----

--- No que se referia à Unidade de Consultas Externas, tinha recebido, naquele mesmo dia, a revisão do projeto e a empreitada estava orçamentada em nove milhões e novecentos mil euros (€ 9.900.000,00) e, como tinha dito, tinham um valor de quatro milhões e trezentos mil euros (€ 4.300.000,00) pelo que, ou recebiam mais verbas PRR ou a Câmara Municipal iria ficar numa situação complicada.-----

--- Disse ainda que, com muita tristeza sua e, tendo em conta o que lhe tinha sido transmitido, que o que interessava era a maturidade das candidaturas, qual não tinha sido o seu espanto ao ver que as candidaturas apresentadas ao PRR inclusivamente de aquisição, em que tinham adquirido cinco habitações, apenas duas (2) tinham sido contempladas não tendo sido contempladas as restantes três (3).-----

--- A listagem tinha saído recentemente e as operações do Município de Tavira estavam muito abaixo, a aquisição de quinze (15) fogos que também tinham ali apresentado naquela Assembleia Municipal, também tinham ficado de fora, para não referir o Loteamento da Boavista que tinha setenta e seis fogos (76) e a habitação de Cabanas e Santa Catarina da Fonte do Bispo. Todavia, o Município tinha esperança e, portanto, iriam continuar a realizar e também existiam os Bancos e os empréstimos pelo que não baixariam os braços porque consideravam que se tratava de investimentos essenciais para o concelho.-----

--- Acrescentou que não tinha havido qualquer loucura relativamente aos nove milhões de euros (€ 9.000.000,00) a mais que constavam no orçamento e que resultava dos contratos de financiamento assinados no valor de quatro milhões e trezentos mil euros (€ 4.300.000,00) sendo que tinham ainda perto de dois milhões de euros (€ 2.000.000,00) para a ampliação do Centro de Saúde e ainda um valor para o da Conceição/Cabanas bem como para as habitações que tinham adquirido do que, até àquele momento ainda nada tinham recebido tendo apenas os contratos de financiamento assinados.-----

--- Disse que continuavam a manter os objetivos que tinham em orçamento e que seguiam a linha do que constavam no programa eleitoral que tinham apresentado mas, como todos sabiam, tinham sempre aquele problema, da previsão do Saldo de Gerência que não podiam integrar e,



portanto, voltavam a usar aqueles mecanismos no orçamento, o definido e não definido, sendo que o que tinham dotado eram os compromissos que estavam assumidos, que tinham encargos plurianuais e que estavam assumidos em contratos e, obviamente, também as despesas com pessoal, tendo ainda alguns valores que lhes permitiriam funcionar até à integração do Saldo de Gerência que, como habitualmente, estava sujeito a uma revisão ao orçamento no mês de fevereiro. Naturalmente que continuariam a fazer embora, naquele momento, tivessem orçamento não definido superior ao que era a perspetiva que tinham quanto ao Saldo de Gerência porque contavam realmente recorrer à Banca para poderem lançar todos os procedimentos e as empreitadas que pretendiam lançar no ano seguinte. -----

--- Como estava a dizer, tinham mantido os objetivos, valorizar as pessoas e as famílias, colocando as pessoas em primeiro lugar, pelo que pretendiam continuar a manter todos os apoios para além da verba ou daqueles valores que tinham prescindido de receber pelos impostos e que daquela forma devolviam às famílias ou deixavam com elas. -----

--- Pretendiam continuar a apoiar a educação, nomeadamente com o *Kit*, os livros de fichas, o transporte escolar, os apoios sociais e as bolsas de estudo aos alunos universitários. -----

--- Pretendiam continuar a ter a gratuitidade do Sobe e Desce. -----

--- Pretendiam reabilitar a Escola de Santa Catarina, como já tinha referido, aguardando apenas o Visto do Tribunal de Contas. -----

--- Pretendiam iniciar a construção de habitação a custos controlados e esperava que, em janeiro ou no final daquele mesmo ano, pudessem ainda lançar o concurso para a conceção/construção dos setenta e seis (76) fogos na Boavista. -----

--- Informou que o projeto para os vinte e quatro (24) fogos de habitação em Cabanas de Tavira estava praticamente concluído sendo que, pensava que no primeiro trimestre poderiam lançar a empreitada. Quanto ao projeto dos fogos de Santa Catarina da Fonte do Bispo faltavam ainda as especialidades. -----

--- Durante o ano seguinte pretendiam ainda desenvolver projetos para os restantes terrenos que o Município ainda possuía onde poderiam continuar a desenvolver e construir sendo que também pretendiam reabilitar a habitação social existentes pelo que estavam a proceder ao levantamento na Quinta das Salinas e no Bairro António Pinheiro na Porta Nova. -----

--- Continuou dizendo que tinham pronto para lançar a empreitada do Pavilhão da Luz de Tavira e estavam a ultimar a zona desportiva de Santa Luzia, que já ali se tinha referido. -----

--- Relativamente à saúde, já tinha explicado, portanto o que pretendiam era realmente que ao nível das pessoas, das famílias, do desporto, continuassem com o programa de atividade física que tinham, fazendo-o ainda com mais ambição. -----

--- Quanto ao segundo objetivo, valorizar a identidade cultural, esperavam que finalmente o Cineteatro pudesse entrar em funcionamento.-----

--- Também estavam a ultimar, porque, entretanto, tinha sido vandalizada e necessitavam de alterar o projeto de restauro das Ermidas do Calvário e de São Pedro, mas considerava que no mês de janeiro poderiam lançar o procedimento e, obviamente, que também não se podiam esquecer da Igreja de Cabanas cuja empreitada também estava pronta a ser lançada e da Igreja de Santa Maria cujo procedimento estava a decorrer como tinha mostrado na apresentação inicial. --

--- Relativamente ao quarto objetivo que pensava ser o de um Município mais sustentável, pretendiam continuar com as pavimentações e beneficiações dos caminhos e das estradas municipais. Naquele mesmo dia tinha assinado o programa preliminar para lançarem o procedimento das pavimentações na Luz de Tavira e em Santo Estevão, pretendendo seguidamente avançar com a Conceição e Cachopo para o que já estavam a proceder ao respetivo levantamento. -----

--- Consideravam também o alargamento à Pegada sendo que para o concretizarem estavam em conversações para a cedência dos terrenos para o alargamento da Marlim à Pegada e estavam na última especialidade para lançar o procedimento da Rua Joaquim Soares em Santa Luzia. -----

--- Tinham praticamente concluído o acesso ao Barril com passadiços, pelo que também estavam a ver se conseguiam lançar a empreitada e pretendiam, não dizendo que seria desenvolver o projeto porque a ideia era a de aproveitar o projeto da POLIS, mas com a devida revisão, reabilitar o Cais das Quatro Águas cuja debilidade estava à vista de todos e, esperava ainda, ter concluídos os projetos do Parque Verde do Séqua e das Frentes Ribeirinhas. -----

--- Já ali tinham falado do Quartel dos Bombeiros e, portanto, continuavam a investir na segurança, proteção e socorro.-----

--- Pretendiam continuar a proceder à limpeza dos aglomerados, a criar as faixas de gestão de combustível e ainda a limpeza dos terrenos e ribeira, relativamente ao que pensava estarem a realizar um bom trabalho. -----

--- Concluiu dizendo que, de uma maneira geral, tinha mencionado o que era mais relevante, que pensava que era um documento bastante explícito no que pretendiam e nos objetivos, pelo que pensava ter efetuada aquela pequena apresentação de forma bastante elucidativa. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a sua Bancada reconhecia o esforço que tinha vindo a ser efetuado na elaboração daquele documento, do orçamento, mas efetivamente o orçamento real apenas chegaria em fevereiro com a incorporação do Saldo de Gerência, todavia deparavam-se ali com um conjunto de considerandos, sendo que na introdução da sua apresentação verificavam existir sempre o mesmo, pelo menos desde alguns três anos, como era

o caso da habitação, que no ano transato já dizia que iriam lançar empreitadas de construção de novos fogos de habitação social e a custos controlados, primeiramente em Santa Catarina e Cabanas, em terrenos municipais e posteriormente em Santo Estevão e Tavira, sendo que aquela frase, no corrente ano tinha mudado um pouco *“Até final de 2024, esperamos lançar a empreitada de conceção/construção de 76 fogos de habitação em Tavira no Sitio da Boavista, e no primeiro trimestre de 2025, com a construção de novos fogos de habitação social/custos controlados, nomeadamente 24 em Cabanas de Tavira e 9 em Santa Catarina da Fonte do Bispo.”* -

--- Continuou dizendo que a Presidente da Câmara Municipal também tinha reforçado a reabilitação, a conservação do parque habitacional, contudo verificando o orçamento e comparando com o que tinha vindo a ser definido, questionava quantos fogos de habitação social iriam construir em Cabanas com o montante de cento e vinte mil euros (€ 120.000,00), bem como quantos fogos de habitação a custos controlados iriam construir em Santa Catarina da Fonte do Bispo com cinquenta e quatro mil e novecentos euros (€ 54.900,00). -----

--- Quanto às obras de conservação de habitação na Quinta das Salinas apenas constavam mil euros (€ 1.000,00) em não definido o mesmo acontecendo para o Bairro António Pinheiro pelo que desconhecia se teriam orçamento para executar todas aquelas empreitadas. -----

--- Desde há alguns anos que tinham vindo ali a falar sobre o reforço estrutural do Pavilhão da Luz de Tavira e o que constava no orçamento era que a empreitada seria lançada nos dias seguintes, o que esperava que realmente acontecesse, que não existisse qualquer atraso nos projetos porque existiam algumas questões que não estavam muito bem. -----

--- Acrescentou ainda, também na área desportiva, verificava-se a existência de novos equipamentos desportivos, o que já era referido desde há alguns anos e que nada de novo tinha aparecido. Em Santa Luzia continuava tudo na mesma, sem a inclusão da pista de atletismo sendo que desde há alguns anos que no âmbito desportivo não existam quaisquer outros equipamentos.

--- Terminou dizendo que aquele orçamento lhes parecia estar aquém das expectativas, mas gostaria apenas de questionar relativamente à habitação porque constando no orçamento para Cabanas, cento e vinte mil euros (€ 120.000,00), para Santa Catarina, cinquenta e quatro mil e novecentos euros (€ 54.900,00) ou para as obras de conservação mil euros (€ 1.000,00) para a Quinta das Salinas, o que pretendiam fazer com aqueles valores. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que as empreitadas constavam para os anos seguintes. Tinha referido que ainda não tinham finalizado Cabanas, que já não faltava muito, no entanto se apenas conseguissem lançar no mês de março, se aquele procedimento não tivesse financiamento PRR, teria de ser apresentado a Tribunal de Contas, o que queria dizer que iria demorar até se iniciar a obra. Se fosse lançado em março tardaria no mínimo nove (9) ou dez (10)

meses, o que queria dizer que se tivesse execução financeira, seria um valor muito baixo pois provavelmente seria apenas para abrir alguns buracos pelo que os cento e vinte e cinco mil euros (€ 125.000,00) que constavam seriam suficientes.-----

--- Pensava que o que todos tinham de perceber era que quando era lançada uma empreitada normal levava cinco (5) ou seis (6) meses até ser adjudicada, desde a abertura do procedimento ao contrato e restante documentação, apresentação a Tribunal de Contas e se o valor fosse mais elevado para o que ela não tivesse competência teria que ser apresentada em Reunião de Câmara o que apenas acontecia de quinze (15) em quinze (15) dias. Embora por vezes por uma razão urgente tomassem decisões que eram ratificadas em Reunião de Câmara, aquela era uma situação excecional não constituindo a regra. Assim, estavam a falar de um procedimento de quatro (4) ou cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) que pensava ser o que estava previsto para as vinte e quatro (24) habitações que, supondo que o procedimento apenas seria lançado em março, contando mais dez (10) meses, chegariam ao final do ano sem qualquer execução financeira. Concluiu que era importante que tivessem aquela consciência.-----

--- Presentemente, e já que iam entrar num período de campanha eleitoral pensava que era importante que as pessoas estivessem esclarecidas para que não pensassem que prometiam e no dia seguinte estava realizado. O que tinha explicado não iria mudar quer o Presidente da Câmara Municipal fosse do PS, do PSD ou de qualquer outro Partido Político.-----

--- Para começarem a desenvolver um projeto, demoravam, no mínimo, se contratassem o projeto com todas as especialidades, seis (6) ou sete (7) meses, caso não existisse problema algum. No caso de um projeto que estivesse sujeito a pareceres de entidades, tardaria um (1) ano, um (1) ano e seis (6) meses podendo demorar ainda mais nove (9) ou dez (10) meses no caso de se verificarem atrasos, reclamações, impugnações ou outras, pelo que eram necessários quase três (3) anos desde o início do projeto até à obra física.-----

--- Ao longo de todos aqueles anos, com as alterações legislativas que tinham sido efetuadas, e a culpa não era de ninguém em particular, mas de todos os Governos, porque tinha havido sempre algum descredito sobre os políticos, o fantasma da corrupção e outros, tinham tornado o país cada vez mais burocrático pelo que presentemente estavam com um excesso demasiado grande de burocracia.-----

--- Esperava realmente que a legislação atual permitisse que o contrato pudesse ter todos os feitos e que já não necessitasse de ser apresentado ao Tribunal de Contas de forma a poder ser agilizado, sobretudo os financiamentos pelo menos na saúde de modo que se concretizassem os investimentos, porém estavam no limite para lançar a empreitada, que contava, aconteceria até ao final do corrente ano. Sendo que o orçamento no dia seguinte estaria aprovado, poderia lançar

o procedimento porque não iria ter efeitos em 2024 e já se encontrava previsto com a respetiva repartição de encargos plurianuais no orçamento de 2025, portanto tinham de pensar que apenas se tratava de questões burocráticas.-----

--- Relativamente ao Pavilhão da Luz de Tavira já tinha assinado o Programa Preliminar que tinha o valor de cerca de um milhão de euros (€ 1.000.000,00), tendo seguido para cabimento pelo que iriam mesmo lançá-lo. -----

--- Quanto à zona desportiva de Santa Luzia, o Programa Preliminar também já tinha passado por ela pelo que acreditava que poderia ser lançado dentro de dias. -----

--- Quando, na nota introdutória do orçamento, tinha referido que estavam prestes a lançar, tinha-o feito por estar confiante que tal aconteceria nos dias seguintes, se possível ainda no corrente ano, mas se não, no início de janeiro, todavia teriam de esperar até que fosse adjudicado, que houvesse concorrentes. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que era orgulhosamente teimoso porque desde o ano de 2013 em que tinha começado na política, tinha começado a pedir algo muito simples, que não acreditava que houvesse alguém que não quisesse ver aquele projeto realizado pois era algo muito importante para as pessoas que eram portadoras de deficiência pelo que não conseguia perceber como é que nem sequer havia uma palavra sobre aquele tema no orçamento. Tratava-se do acesso, do ascensor, para que as pessoas com mobilidade reduzida pudessem aceder aos serviços municipais. -----

--- Que o desculpassem por estar a falar em nome individual pois já tinham passado diversos grupos do PSD, sendo que alguns tinham estado com ele e outros não, mas desde o primeiro dia que tinha apresentado o tema que tinha merecido a concordância de todos. No ano 2013 estava a ser elaborado o projeto tal como acontecia em todos os anos seguintes. -----

--- Disse que, como político em final de mandato, se sentia desiludido. Desconhecia o que aconteceria no mandato seguinte, mas não existia acesso para aquelas pessoas aos Paços do Concelho, nem era tema que visse plasmado naquele orçamento. Considerava que era um desígnio pequeno, que era exequível, e o que pedia era que fosse concretizado o mais rapidamente possível, considerado quer por o atual Executivo Municipal quer pelo seguinte que fosse quem fosse, o que não interessava, pois o que era necessário era que a obra fosse executada. -----

--- Uma situação que lhe era particularmente cara e que desde o início da sua vida política a tinha vindo a debater, era a questão náutica que também estava completamente esquecida naquele orçamento. Tavira tinha um cais que já tinha estado contemplado aquando da Polis Litoral Ria Formosa, S.A. (POLIS), mas não existiam quaisquer questões náuticas de fundo, não tinham

absolutamente nada. Também se considerava culpado porque ao longo de todos aqueles anos não tinha conseguido fazer passar a ideia de modo a que atualmente estivessem ali a discutir a possibilidade de terem equipamentos náuticos no horizonte próximo. -----

--- Tinha feito parte da fundação do Clube Náutico e pensava que já ali não estaria quando tivessem equipamentos náuticos que servissem a cidade. Há alguns dias a Presidente da Câmara Municipal tinha-se referido a um projeto da POLIS que tinha sido facilmente exequível se aquela tivesse sido a vontade do Executivo Municipal, o que não tinha acontecido, tendo optado por outro bloco que também estava na POLIS e que não fazia tanta falta a Tavira, que era o acesso. Assim, considerava que recapturar aquela questão seria quase impossível sem que tivessem novos pareceres. -----

--- Pensava que mesmo estando em plena Ria Formosa, noutras concelhos era possível, por exemplo Olhão que tinha toda a frente ribeirinha e, falava em Olhão porque lhe doía o facto de estando mais atrás de Tavira tinha-os ultrapassado em grande velocidade. Assim, se ali era possível, que estavam em pleno coração da Ria Formosa não percebia porque em Tavira não conseguiam, questionando o que faltava a Tavira até porque Faro também esta a avançar e, mais uma vez, em Tavira estavam à procura de projetos que poderiam ter sido realizados e não tinham sido, não existindo qualquer desígnio no concelho para equipamentos náuticos que até uma simples travessia em Cabanas tinha desaparecido daquele orçamento, nunca tendo estado, mas devia. No seu entender devia de contemplar um valor para estudos, para o passadiço de Cabanas, para voltarem a apresentar estudos, que eram diferentes, ou os que fossem necessários para pugnar junto da entidade que regiam a Ria Formosa, como a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), bem como todos os que interviessem no processo, de modo que conseguissem avançar, o que não aconteceria se não tivessem orçamento nem que fosse para fazer um desenho. -----

--- Continuou dizendo que aquela era uma situação que o Executivo Municipal tinha solicitado de modo que o desígnio náutico fosse uma realidade no concelho, no entanto chegados ao orçamento tinham ficado tristes, não podendo concordar que nada fosse contemplado relativamente àquele tema. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** advertiu o Deputado Municipal Jorge Corvo que já tinha ultrapassado os cinco (5) minutos da sua intervenção. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** questionou se tinha cinco (5) minutos para falar e quanto tempo tinha a sua Bancada. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que cada intervenção não deveria de ser superior a cinco (5) minutos. -----

- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** interrogou onde estava escrito.-----
- O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que constava no Regimento da Assembleia Municipal.-----
- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** retorqui que não podiam somar uma vez que não se tratava de intervenções. Parecia-lhe que algo não estava certo e que, naquele momento, não estava a falar à cinco (5) minutos.-----
- O **Presidente da Assembleia Municipal** passou à leitura do artigo 26.º dos Trabalhos de cada Sessão no seu número 3. *“O tempo de intervenção dos deputados não poderá exceder os cinco (5) minutos”*, e pediu que o **Deputado Municipal** terminasse.-----
- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que não concordava e que a sua Bancada ainda tinha tempo.-----
- O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não estava a dizer que a Bancada tinha ultrapassado o tempo, mas antes que o tempo de cada intervenção era de cinco (5) minutos e que ainda tinha dado um (1) minuto de tolerância. Só tinha feito uma advertência e agradecia que o **Deputado Municipal** terminasse.-----
- O **Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que nunca tinham colocado qualquer limite e que já ali tinha visto intervenções bem mais longas que a sua, mas se o **Presidente da Assembleia Municipal** assim o considerava, passaria a cronometrar as suas intervenções. Tinha feito muitos contrarrelógios pelo que também o conseguiria fazer.-----
- A **Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que relativamente àquele ponto verificavam que eram apresentadas as Grandes Opções do Plano (GOP) que davam corpo aos compromissos que tinham firmado, o PS com os tavirenses, estabelecendo as principais ações e investimentos previstos sendo, portanto, o fio condutor de toda a ação social, economia, cultura e política.-----
- Por outro lado, também tinham ali o orçamento municipal que era um documento mais técnico e formal e que dava corpo às GOP. Aqueles dois (2) documentos eram cruciais para garantir uma gestão eficiente, transparente e participativa em todo o concelho, pelo que importava salientar a profundidade, o detalhe e o esclarecimento das GOP apresentadas pelo Executivo Municipal.-----
- Quanto ao orçamento este regia-se mais uma vez pelo rigor e pelo cumprimento das regras pelo que importava destacar, e talvez a oposição todos os anos falasse naquela situação, mas sabiam que se tinha de cumprir a Lei que não permitia que o Município considerasse a estimativa do Saldo de Gerência, pelo que existiam muitas rúbricas no orçamento em que os valores não estavam definidos, exatamente porque no mês de fevereiro é que teriam a integração do Saldo de Gerência.-----



--- Dirigindo-se à Deputada Municipal Ana Rita Pacheco reafirmou que a legislação a tal obrigava sendo que a verdade era que apenas teriam o verdadeiro orçamento no mês de fevereiro pelo que muitas das intervenções não teriam milhares, mas milhões.-----

--- Considerava que o Executivo Municipal valorizava as pessoas e as famílias, sendo aquele o seu principal lema, o que era evidente se verificassem as GOP e o orçamento. Referia-se ao IMI que já ali tinha sido referenciado, ao IRS e também à Derrama.-----

--- Assim, apoiar as pessoas e as famílias por vezes passava algo despercebido porque não era uma obra física, mas uma obra humana e era fundamental.-----

--- Tinham verificado que no ano seguinte haveria um aumento de investimento naquele objetivo de cento e oitenta por cento (180 %) relativamente ao ano anterior e destacava, esperando que o PRR não quebrasse as expectativas que tinham, ou as que lhe tinham dado, porque se o fizessem teriam que recorrer à Banca, porque era para o bem do concelho, a aquisição de setenta e seis fogos (76) em Tavira no Sítio da Boavista, ou os vinte e quatro (24) fogos em Cabanas e os nove (9) fogos em Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----

--- Disse que também era de referir um aumento de investimentos já referenciados pela Presidente da Câmara Municipal, na área do desporto, com execuções de empreitadas em diversos complexos, e referia ainda a disponibilidade da Câmara Municipal na comparticipação financeira que poderia acontecer para a ampliação do Lar de Cachopo que era de extrema importância.-----

--- Também era importante destacar, como já tinha sido dito, a gratuidade nos transportes escolares, mas também do transporte urbano, o Sobe e Desce, em que ninguém pagava o que distinguia Tavira dos restantes municípios do Algarve.-----

--- A atribuição das bolsas de estudo, o projeto de requalificação da Escola Secundária, que esperava pudesse acontecer, o apoio alimentar, o apoio à compra de medicação, o apoio ao pagamento de despesas pontuais e urgentes e o programa de apoio ao arrendamento, porque cada vez mais as pessoas tinham dificuldade em pagar a sua renda e, pensava, que existiam cada vez mais pessoas a dirigirem-se à Câmara Municipal de modo a terem apoio ao arrendamento, pelo que era fundamental.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou a Deputada Municipal Jovita Ladeira de que apenas dispunha de um (1) minuto.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** continuou dizendo que também pretendiam valorizar a identidade cultural no concelho com a recuperação de algumas igrejas, valorizar a economia que também estava vertido nas GOP tendo havido um reforço de cento e oitenta e dois por cento (182 %), o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Jovem com as Ideias à Maré que contava com

vinte e um (21) jovens a receberem formação para posterior apresentação de propostas de negócio sendo que as três (3) primeiras vencedoras seriam apoiadas pelo Município.-----

--- Parabenizava a Presidente da Câmara Municipal e pretendia dizer-lhe que relativamente ao Mapa de Pessoal, que também constava, a saída e a aposentação de alguns trabalhadores, também apoiavam a contratação de vinte e seis (26) técnicos superiores, trinta (30) assistentes técnicos, quarenta e quatro (44) assistentes operacionais e nove (9) bombeiros, pois pensavam que tal proporcionaria um serviço público de melhor qualidade aos munícipes do concelho.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que apenas queria dizer algo que não estava correto. O orçamento tinha que ter tudo plasmado e estava-o de duas formas, o que também tinha sido uma teimosia sua que a Presidente da Câmara Municipal conhecia e que tinha levado adiante. No financiamento definido constava o orçamento em apreço e no não definido constava o Saldo de Gerência que estava previsto, sendo que a única diferença que teria era entre o previsto e a flutuação que poderia existir. Portanto, tinha que ali constar tudo independentemente do que a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha dito, considerando que estava completamente errada.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que aquele orçamento referia a palavra Cachopo dez (10) vezes, sendo que seis (6) delas faziam referência ao Centro Paroquial de Cachopo, e bem, uma vez que a Câmara Municipal já estava a providenciar um apoio para a realização da ampliação do Lar. No entanto continuavam com a antiga questão, como eram as ruas de Cachopo que seriam adiadas mais um ano, e tudo o resto que era necessário. -----

--- As restantes quatro rubricas tinham dotação apenas para os anos 2025 e 2026, embora já tivessem dotação tido dotação para o ano de 2024, pelo que simplesmente seriam adiadas por mais um ano.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que primeiramente queria agradecer à Deputada Municipal Jovita Ladeira que tinha sido ainda mais exaustiva que ela própria e tinha muita razão. Tinham tendência a pensar que o que as pessoas valorizavam era obra, no entanto não era apenas o que valorizavam. O facto de terem bolsas de estudo, apoio ao arrendamento, apoio ao medicamento eram questões que as pessoas valorizavam e sentiam todos os dias nas suas vidas. O facto de terem transporte urbano público que era utilizado gratuitamente, era importante, e portanto, tratavam-se de situações que as pessoas valorizavam e que faziam com que morar em Tavira fosse muito melhor que morar em outros locais.-----

--- Respondendo à questão do elevador, afirmou que constava no orçamento. O facto de não ter sido referido na nota introdutória não queria dizer que não constasse no orçamento, sendo que

não tinham tirado nada do que constava no ano anterior também no Plano Plurianual de Investimento (PPI). -----

--- Naquele mesmo dia tinha falado de um estudo geológico para a zona desportiva de Santa Luzia e estava lá Tavira, porque era o estudo geológico também para o elevador porque, infelizmente, e ela não era técnica, não percebia de obras, não sabia fazer projetos, não era engenheira civil, mas poderia fazer ali, para dar conhecimento ao Deputado Municipal Jorge Corvo, um pequeno apanhado dos problemas que os técnicos que estavam a desenvolver o projeto tinham vindo a encontrar e por que razão estava a demorar todo aquele tempo. -----

--- Quanto às infraestruturas náuticas, tinham feito alguma coisa pelo que se não tivessem parado o projeto do porto de pesca para o qual tinha sido lançado concurso, tendo inclusivamente proposta, não tendo sido adjudicado porque alguém assim o tinha decidido, se tivesse avançado como cada vez existiam menos barcos de pescas possivelmente teriam de o converter numa estrutura mista. O processo tinha ficado parado e após tanto tempo, no corrente ano, tinha recebido comunicação a dizer que não tinha sido adjudicado. Não sabia onde tinha ficado parado, mas com certeza que não tinha sido com ela. -----

--- Assim, considerava que o Deputado Municipal Jorge Corvo estava ali com uma determinada conversa sendo que não deveria de ter ouvido que iriam repescar o projeto da POLIS relativamente ao Cais das Quatro Águas cujo projeto também tinha umas infraestruturas para o Clube Náutico. Pensava que o Deputado Municipal estava desatento porque estava a conversar enquanto ela estava a falar, o que também já era normal. -----

--- Relativamente à travessia de Cabanas reafirmou em jeito de esclarecimento que esta poderia ser realizada aquando da passagem do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) a Programa. A revisão do POOC tinha-se iniciado há três (3) ou quatro (4) anos por Odeceixe, Vilamoura, e continuava em revisão, sendo que apenas quando estivesse concluído é que entraria em revisão o de Vila Real de Santo António, Vilamoura, até porque não tinham apenas a pretensão do passadiço de Cabanas, tendo mais questões. -----

--- Dado que se tratava de um acesso a Cabanas e sendo um projeto que estava a ser desenvolvido pela Câmara Municipal, não era necessário colocá-lo no orçamento para o contemplar. -----

--- No orçamento não era necessário que as rubricas estivessem todas detalhadas, havendo rubricas genéricas que permitiam abrir os procedimentos de contratação de projetos, de pavimentações ou de reabilitação de habitação social a qualquer altura, não sendo necessária a dotação exata, pois já estava naquelas funções há alguns anos e também sabia como se fazia. Assim, a dotação exata era colocada para que o orçamento fosse mais claro, o que não acontecia



há uns anos, que ninguém percebia nada do orçamento, sendo tudo em conjunto e depois fazia-se o que se queria. Presentemente era transparente.-----

--- Quanto às infraestruturas náuticas, quando exerciam funções executivas tinham de decidir, tinham que priorizar e, portanto, no mandato atual o que tinham como prioridade era a saúde e a habitação e considerava que não era apenas para Tavira, mas eram prioridades do país. -----



--- Em primeiro lugar, ao contrário do que pudessem dizer, a reabilitação de todas aquelas extensões de saúde, o Centro de Saúde com a criação de uma unidade de consultas externas no Sotavento algarvio, permitiria mudar todo o paradigma do que eram os cuidados de saúde primários, permitiria haver consultas de especialidade em Tavira, sem ser necessário deslocação ao Hospital. Convinha terem a noção do quanto seria bom para a população de Tavira e para o Sotavento algarvio pois estavam a falar de algo essencial para retirar do Hospital toda a carga que tinha. Precisavam de repensar a saúde em Portugal e, pensava, que todos concordavam que era prioritário porque tinham deixado as coisas chegarem ao estado atual, não devendo colocar as culpas em ninguém. -----

--- Tinham elaborado a Lei dos solos que era uma Lei que, presentemente, asfixiava, o que o Governo já tinha percebido, se bem que desconhecia se a legislação teria grande utilidade para Tavira, mas o Governo atual tinha percebido que apenas existia uma forma, que tinham que ter casas e, para baixar os preços e terem mais habitações, teriam que ter mais solo porque se não tivessem solo urbano, não teriam casas, até porque adquirir um terreno era muito caro porque existiam poucos, não sendo, por isso, possível construir casas baratas. Era tão simples como o que acabava de dizer, era a lei da oferta e da procura. -----

--- Reiterou que existiam prioridades, que desconhecia se seria o que a Bancada do PSD pretendia, mas estava confiante que os tavirenses lhe dariam a oportunidade, por tudo o que já tinha mostrado no atual mandato, de ter um novo mandato, pois podiam estar certos de que continuavam na sua cabeça muitas prioridades nas quais estavam as infraestruturas náuticas que alguém tinha deixado cair, mas que alguém as teria de ir buscar. Tinha um estudo de avaliação de impacto ambiental pelo que tinham de retomar tudo, contudo, tinha acontecido o que tinha acontecido, tendo sido a decisão que tinha sido tomada e ela não "*chorava sobre o leite derramado*" sendo que tinha aquela ambição, como também de uma nova pista de atletismo, de um campo de futebol para Tavira e muitas outras ambições, como a de requalificar a marginal de Santa Luzia e outras. O que não lhe faltavam eram ambições e ideias para Tavira e para tornar Tavira um concelho ainda melhor. -----

--- Ela tinha tido de decidir as suas prioridades porque infelizmente não tinham verba para fazer tudo pois não podiam reduzir os impostos e fazer todas as obras e, portanto, tinham que ter

prioridades adequadas à dimensão e ao orçamento. Reiterou que presentemente as prioridades tinham sido a saúde e a habitação, sendo que estava certa de que outras pessoas, outros executivos poderiam ter outras, o que aceitava, mas também assumia quais eram as suas e qual era a sua ambição de futuro.-----

--- Terminou dizendo que, quanto a Cachopo, não tinham sido apenas as pavimentações de Cachopo que tinham sido adiadas, pois tal também tinha acontecido na Luz de Tavira. Todavia pretendia dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, porque não deviam de ter memória curta, que o maior investimento efetuado no concelho de Tavira no corrente ano, tinha sido em Cachopo, no valor de dois milhões e trezentos mil euros (€ 2.300.000,00) com o Centro de Meios Aéreos de Cachopo.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse ter ficado estupefacto pois tinha descoberto naquele preciso momento que uma das prioridades da Presidente da Câmara Municipal não passava pelo acesso de pessoas com menos capacidade aos Paços do Concelho.-----

--- Na primeira vez que tinha intervindo e conforme era comprovável pelas atas da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal tinha-lhe dito que o projeto estava a ser elaborado e, naquele momento estava-lhe a falar em sondagens geológicas para um elevador para o Edifício dos Paços do Concelho. Atualmente existiam soluções técnicas para habitação, para a indústria, que não careciam de poço, sendo apenas a instalação de um elevador para que as pessoas que se deslocavam em cadeiras de rodas, que não podiam subir, se dirigissem aos Paços do Concelho.----

--- Desde o ano 2013, há mais de dez (10) anos, que todos concordavam com ele, sendo que a Presidente da Câmara Municipal lhe estava a dizer que o elevador estaria escondido numa rúbrica de sondagens geológicas. Pensava que estaria a brincar com ele e tal não admitia. Apenas pretendia um projeto para fazer o elevador para os Paços do Concelho e nada mais.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Deputado Municipal Jorge Corvo mencionou que ele gostava de colocar palavras na sua boca que ela não tinha dito e também gostava de colocar coisas que ela não tinha feito, todavia já estava habituada. Não tinha referido que não seria prioritário pois estavam a falar em prioridades de grandes áreas e não do edifício pois assim sendo também ficariam para trás outras obras que tinha dito, nomeadamente na área do desporto.-----

--- O que tinha dito era que estava vertido numa rúbrica tal como estava o ano transato porque constava no PPI e, portanto, não tinha sido retirada dali, não estando escondido em qualquer rúbrica. Aquelas rúbricas, tal como na área desportiva, constavam com o nome, não estando escondidas em rúbrica alguma já que não escondiam nada como acontecia no passado, não sendo eles que escondiam o que quer que fosse em rúbricas porque como o Deputado Municipal, que ali

estava na altura, e sabia muito bem, o orçamento atual era muito mais transparente do que, por exemplo, o primeiro que ela própria tinha elaborado porque entretanto percebia muito mais que antes, pelo que tinha melhorado para bem de todos, para bem dos deputados municipais, para bem do Executivo Municipal, para bem de quem consultava o orçamento que também estava disponível na página Web do Município. Reiterava que em momento algum tinha referido que o elevador não era prioritário. -----

--- Para terminar disse que folgava em saber que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha conhecimentos de engenharia e encontrava uma boa solução para os Paços do Concelho, pelo que ficava a aguardar que a informasse daquela solução, já que era melhor do que aquela que os técnicos do Município estavam a conceber. Era sempre bom saber que existiam soluções melhores, o que gostava de saber porque tal mostrava proatividade.-----

--- A questão era que o Deputado Municipal tinha sempre de levar a melhor porque tinha que ser sempre o último a falar. Sabia que era assim porque tinha sempre que denegrir qualquer coisa que ela dissesse ou colocar palavras na sua boca que ela não tinha dito, o que considerava falta de educação. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que iria passar a palavra ao Deputado Municipal Rafael Dias, que agradecia que fossem mais sintéticos nas intervenções que faziam e que não houvesse repetições, porque se estavam a repetir, dizendo sempre a mesma coisa. Pensava que não adiantavam muito com aquilo não sendo uma mais-valia para a discussão política. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** referiu que se o Heliporto de Cachopo tinha sido o maior investimento do concelho, estavam algo mal de investimentos. O Heliporto tinha custado dois milhões e trezentos mil euros (€ 2.300.000,00) tendo sido financiado em seiscentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta euros (€ 671.250,00) pelo que tinha custado ao Município cerca de um milhão e quinhentos mil euros (€ 1.500.000,00).-----

--- Presentemente o Heliporto era uma estrutura que existia em Cachopo há mais de vinte (20) anos que, parabenizava o atual Executivo Municipal por ter conseguido transformar o edifício, no entanto tratava-se de uma estrutura que respondia a uma zona territorial que não somente a Cachopo. -----

--- Para ele poderia ser algo mais, poderia estar a funcionar o ano inteiro e até com outro tipo de serviços. No entanto, o que lhe aprazia dizer era que agradecia pelo Heliporto, que Cachopo nunca o tinha colocado em causa, que ali estava há vinte (20) anos, e que os níveis de investimento do Município tinham sido exatamente os que tinha acabado de referir porque os tinha apontado. -----



--- No entanto a ambição de Cachopo era um pouco maior, pedia desculpa, mas eram algo mais ambiciosos, sendo apenas o que estava a reclamar.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 303/2024/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano 2025 a votação, que foi aprovada por maioria de quinze votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Gisela Viegas, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Luís Silva, Maria Manuela Romão, Margarida Flores, Nuno Diogo e Nuno Mateus, dez votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Muriel Dias, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira e Sónia Tomás, e uma abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Santos. -----

--- O Deputado Municipal Artur Gomes informou que o Grupo do PSD iria entregar Declaração de Voto pelo que pretendia deixar ali algumas das linhas gerais que a compunham.-----

--- Mais uma vez reconheciam o esforço que tinha vindo a ser efetuado na apresentação do documento e na incorporação de algumas sugestões efetuadas.-----

--- Um dos pontos que mais tinham visado era a comparação com o ano anterior que, consideravam, seria uma mais-valia para todos até para poderem acompanhar a evolução da despesa em cada rúbrica.-----

--- Consideravam que também seria importante a indicação das responsabilidades contingentes num processo mais alargado, mais bem definido para que pudesse ser mais transparente, perceberem melhor quais eram os valores e o que se poderia refletir futuramente no orçamento.

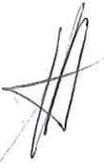
--- Constatavam a ausência de informação sobre a EMPET que já ali tinha sido sobejamente discutida.-----

--- Nas GOP para 2025 estavam indicados cerca de vinte e sete milhões e setecentos mil euros (€ 27.700.000,00) mas apenas cerca de onze milhões e quinhentos mil euros (€ 11.500.000,00) estavam incluídos no PPI, ou seja, dezasseis milhões e quinhentos mil euros (€ 16.500.000,00) seriam para despesas correntes, o que lhes parecia um desequilíbrio financeiro porque se acentuava em um milhão e setecentos mil euros (€ 1.700.000,00) relativamente ao ano de 2024. -

--- Alertavam mais uma vez para o facto de as despesas correntes deverem estar cobertas pelo orçamento original e nunca pelo orçamento com a inclusão do Saldo de Gerência.-----

--- Presentemente não estavam a votar o orçamento real sendo que na categoria de valores não definidos deveria de estar espelhada a previsão total do Saldo de Gerência.-----

--- Terminou dizendo que nos “*mais investimentos*” não estava previsto o recurso a crédito, pelo menos em parte alguma do resumo ou no restante orçamento não estava demonstrado e,



portanto, parecia-lhes que seria essencial para poderem ter uma gestão mais responsável, moderna e flexível. -----

--- **A Declaração de Voto do PSD foi anexada à presente ata como documento número quatro. --**

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que a Bancada do PS também tinha uma Declaração de Voto para apensar à ata cujas linhas gerais já tinha referido na sua intervenção. No entanto, pretendia salientar que quer as GOP, o Orçamento e o Mapa de Pessoal, do qual não tinham falado ali e deviam tê-lo feito, porque afinal o PSD estava a votar contra a contratação de mais pessoal para a Câmara Municipal de Tavira, a criação de emprego. -----



--- Os documentos expunham um caminho, uma orientação trilhada no apoio às pessoas, às famílias, valorizando a economia e o desenvolvimento sustentável e afirmando a identidade cultural do concelho. Assim, consideravam que tanto a proposta das GOP como do Orçamento eram eficientes, transparentes, sustentáveis, responsáveis, resilientes e humanistas. -----

--- Pensavam que aqueles eram os adjetivos que definiam a gestão municipal que buscava o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade de forma equilibrada e justa. -----

--- Concluiu dizendo que, pelo que havia referido, a Bancada do PS tinha votado favoravelmente e estranhavam a posição de voto do PSD, com voto contra, porque, no fundo, estavam a votar contra mais habitação, apoio na saúde, quando na Declaração de Voto que apresentavam reconheciam o esforço que tinha vindo a ser efetuado na melhoria da apresentação dos documentos com a incorporação de algumas sugestões provenientes da sua própria Bancada. -----

--- **A Declaração de Voto do PS foi anexada à presente ata como documento número cinco. -----**

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dezasseis referente à Proposta 304/2024/CM – Minuta do Contrato-Programa para a Limpeza das Praias do concelho de Tavira – ano 2025. -----**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que o contrato das praias era semelhante a todos os outros que tinham ali aprovado na Assembleia Municipal. -----

--- Obviamente que continha a atualização dos valores dos vencimentos com o acréscimo que tinham tido nos últimos três (3) anos, bem como a inflação. -----

--- Relativamente àquele Contrato-Programa, a prestação que iriam liquidar, ou seja, o valor mensal, pois não era propriamente uma prestação, mas antes uma contrapartida financeira, era mais dezanove mil euros (€ 19.000,00) do que o valor que estava a ser liquidado atualmente e que estava relacionado com alguns reforços nas limpezas. -----

--- Referiu que o contrato da limpeza de praias anterior, de três (3) anos, tinha tido uma atualização de vencimentos e da inflação, sendo que, se não estava errada, no ano de 2023, tinha sido de sete vírgula oito por cento (7,8%) e em 2024, de quatro vírgula três (4,3) ou quatro vírgula

seis por cento (4,6 %), não sendo, portanto, o valor inicial que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal.-----

--- Concluiu dizendo que quanto ao restante era semelhante ao anterior e tinha sido negociado pela Vereadora Sónia Pires, pelo que se pretendesse acrescentar algo ou se houvesse questões, seria quem responderia porque, como todos sabiam, ela não negociava contratos com a Taviraverde.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 304/2024/CM – Minuta do Contrato-Programa para a Limpeza das Praias do concelho de Tavira – ano 2025 a votação, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número dezassete referente à Proposta 305/2024/CM – Plano estratégico de Desenvolvimento Turístico e de Marketing – PEDTM Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o PEDTM já se tinha iniciado, se não estava enganada, no final do ano de 2019, início do ano 2020.-----

--- Tinha sido um processo que tinha acabado por se ver afetado pela pandemia já que o objetivo era, naturalmente, o de conhecer o potencial turístico do concelho, identificar produtos que pudessem ser prioritários e, como era óbvio, o que pretendiam era aumentar o fluxo de turistas, aumentar a notoriedade de Tavira enquanto destino turístico e também poder atrair mais investidores.-----

--- O Plano tinha-se baseado em várias fases, tendo a fase inicial sido composta por alguns inquéritos a várias entidades a quem tinham solicitado o seu preenchimento. Tinham-se realizado várias sessões participativas com convidados mediante os temas e tinham sido realizados inquéritos de rua.-----

--- O facto de ter atravessado a pandemia e os inquéritos apenas poderem ser efetuados pós pandemia, ainda numa altura em que existiam muitas restrições, provavelmente tinha acabado por resultar num número inferior de inquéritos ao que tinham desejado. No entanto, a equipa da Universidade, não obstante aquela situação, tinha garantido que o número de inquéritos efetuados permitia algumas conclusões bastante interessantes, que tinham apresentado com a documentação da Assembleia Municipal.-----

--- Ao nível do Plano tinha sido elaborada uma análise SWOT, a Visão, a Estratégia e a Missão. Tinham sido definidos Eixos e Linhas Prioritárias de atuação bem como Produtos Turísticos que tinham sido considerados mais estratégicos e que o Município deveria de privilegiar, apostando neles e, inclusivamente, o Plano Estratégico incluía também um Plano de Ação e as Iniciativas que considerava que o Município deveria realizar, bem como toda a sua calendarização.-----



--- Tinha havido lugar a uma apresentação pública do plano e não tinham convidado a equipa a efetuar a apresentação naquele dia uma vez que a Assembleia Municipal tinha muitos pontos e também por indisponibilidade da equipa da universidade, pelo que tinham remetido aos deputados municipais a proposta com o resumo, uma vez que se tratava de um documento muito denso, tendo também solicitado que fosse distribuído pelos deputados municipais um pequeno folheto. Se tivessem alguma questão que ela conseguisse responder, ficava à disposição, mas considerava que era um bom documento, bem feito, pelo que pretendia agradecer à equipa toda a colaboração, que apesar de todos os constrangimentos que tinham tido, tinham elaborado um bom trabalho.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que gostava de realçar naquele processo, apesar das dificuldades que a Presidente da Câmara Municipal já tinha referido, a elevada taxa de participação quer da população, na medida do possível, quer dos próprios agentes do setor que tinham as suas opiniões vertidas no documento.-----

--- Referiu que também pretendia sublinhar o facto daquele documento ter sido elaborado de uma forma articulada com a estratégia em vigor na região, mas que também ele, era um documento em processo de evolução.-----

--- Presentemente estavam a discutir a Estratégia do Turismo de Portugal 2035, mas sobretudo o que tinham de preponderante, naquele momento, era a questão da sustentabilidade do setor. ----

--- Infelizmente não tinham mais turismo no Algarve e em Tavira porque existiam outros setores que ainda não se tinham desenvolvido de forma a acompanhar o turismo. O facto de haver turismo implicava que cerca de noventa por cento (90 %) das pequenas e médias empresas da região tivessem trabalho e oferecessem emprego ao longo do ano, sendo que, presentemente, tinham um problema de escassez de mão-de-obra para dar resposta às necessidades do setor, conforme já tinha sido constatado, nomeadamente pelo Governo, com a possibilidade de voltar a abrir as entradas aos imigrantes. -----

--- Continuou dizendo que de qualquer forma, o que pretendia sublinhar era que se tratava de um plano de turismo adaptado à realidade e às ambições de Tavira, que estavam refletidas nos trabalhos de elaboração e renovação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Tavira, mas também iam de encontro das pretensões dos agentes do setor, nomeadamente quanto às questões da valorização do património existente, não apenas do património edificado, que era importante recuperar e dinamizar, mas também do património cultural imaterial. -----

--- Aquele plano de turismo circulava muito à volta do que era a Dieta Mediterrânica, das suas várias componentes, culturais, de produção agrícola, de restauração, de gastronomia, de vinhos, que existiam no concelho de Tavira e que deviam de ser valorizados.-----

--- Circulava também muito à volta da natureza existente no concelho, do Parque Natural da Ria Formosa, do barrocal e interior, das potencialidades que aqueles contextos naturais ofereciam. ---

--- Por outro lado, estava também relacionado com uma integração na vida do quotidiano das pessoas. Se atualmente na maior parte dos locais iam assistindo a queixas por parte dos moradores pelas consequências que o turismo tinha nas suas vidas, aquele Plano Estratégico procurava olhar para aqueles desafios de forma a que não agravassem as condições de vida da população e, de facto, a reação que tinham por parte de muitas pessoas, quer na apresentação do Plano, quer por alguns acontecimentos que tinham surgido, era que pretendiam que aquela vertente não fosse esquecida, que o turismo fosse desenvolvido mas tendo sempre em conta a qualidade de vida das pessoas. -----

--- Ainda, e para terminar a sua intervenção, disse que também estava um pouco relacionado com os mercados atuais. O mercado de Tavira, do qual recebiam o turismo, era ainda muito nacional sendo aquele o turismo nacional que deveriam de valorizar. Era importante que ao longo de todo o ano tivessem uma oferta pelo que o Município em paralelo com outras entidades locais tinha vindo a desenvolver um programa de eventos, o que era também algo revelador. -----

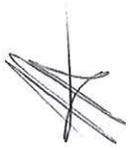
--- A Presidente da Câmara Municipal tinha referido o Congresso de Paremiologia e ele recordava que durante o mês tinham tido em Tavira a Festa de Anos de Álvaro de Campos em que tinham participado pessoas de várias zonas do país e complementado com outras decisões, com outros eventos, tinham permitido que no mês de novembro tivessem tido muitas pessoas em Tavira. -----

--- Concluiu dizendo que queria ali destacar a colaboração do Deputado Municipal David Martins que tinha prestado à equipa que tinha desenvolvido aqueles trabalhos, da solicitação da Professora Alexandra Rodrigues Gonçalves, e que tinha representado o Grupo Parlamentar na elaboração e nos contributos para aquele Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e de Marketing do concelho de Tavira. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que tinha tido o prazer de estar na apresentação daquele Plano Estratégico e tinha visto que, realmente, tinha sido muito bem elaborado, sendo que a sua apresentação tinha sido algo extensa. -----

--- Acrescentou que, o que o Deputado Municipal José Graça se tinha esquecido de mencionar que a Professora Alexandra Gonçalves tinha feito bastante referência ao Pêgo do Inferno e aos Telheiros de Santa Catarina da Fonte do Bispo, pelo que esperava que não ficassem esquecidos como um recurso natural que tinham, que o Pego do Inferno pudesse ser uma mais-valia para o turismo de Tavira, bem como a valorização dos Telheiros de Santa Catarina para o que já tinham apresentado uma proposta para a sua valorização e inscrição como Património Mundial Imaterial da UNESCO desconhecendo se já tinham sido elaborados alguns procedimentos naquele sentido. -

- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que sobre os Telheiros o Departamento de Desenvolvimento Sociocultural (DDS) já tinha efetuado o ponto de situação sobre aquele assunto e, presentemente estavam a tentar que no PDM seguinte conseguissem legalizar todos os espaços que necessitavam para laborarem porque também não estavam legalizados. -----
- Quanto ao Pego do Inferno o que tinham de fazer em primeiro lugar era efetivamente expropriar. Tinha um projeto que tinha o acesso por um local diferente, que tinha chegado a ter parecer da APA, contudo o projeto passava por terrenos privados. Tinha tentado falar com um dos proprietários que se tinha mostrado disponível para conversar, havendo outro com o qual nunca tinham conseguido falar, conseguido contactar e, entretanto, tinham canalizado as prioridades dos técnicos para trabalharem em outras situações e, portanto, apenas tinha o Estudo Prévio, no entanto tinham vontade de retomar aquele processo. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 305/2024/CM – Plano estratégico de Desenvolvimento Turístico e de Marketing – PEDTM Tavira a votação, que foi aprovada por unanimidade.** -----
- **Passou ao ponto número dezoito referente à Proposta 306/2024/CM – Procedimento Concursal por iniciativa particular para atribuição de título de utilização privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à construção e exploração de um Apoio de Praia Simples – UB1 Cabanas Poente.** -----
- **A Presidente da Câmara Municipal** explicou que se tratava de um processo exatamente igual ao que tinham feito para a UB1 do Barril, sendo que naquele caso era para Cabanas Poente. Era também um procedimento por iniciativa privada nos termos do artigo 21.º do Regime de Utilização de Recursos Hídricos e o que propunham era a elaboração do Edital e posteriormente caso houvessem interessados a manifestarem-se, elaborar contrato de concessão que já não apresentariam na Assembleia Municipal porque também já tinham juntado os termos do concurso de lançamento da concessão que pretendiam fazer. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta 306/2024/CM – Procedimento Concursal por iniciativa particular para atribuição de título de utilização privativa de uma parcela do domínio público marítimo destinado à construção e exploração de um Apoio de Praia Simples – UB1 Cabanas Poente a votação, que foi aprovada por unanimidade.** -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não existiam intervenções do público pelo que enquanto era elaborada a Ata em Minuta, aproveitava para desejar a todos um Bom Natal e um Ano Novo cheio de esperança e sobretudo com saúde. -----
- Dirigindo-se particularmente ao Deputado Municipal Jorge Corvo disse que se consultassem o Regimento no artigo 26.º, no período Antes da Ordem do Dia, as sessões ordinárias tinham um



período máximo de oitenta (80) minutos, sessenta (60) para os deputados municipais e vinte (20) para a Presidente da Câmara Municipal ou quem ela delegasse.-----

--- Na Ordem do Dia o tempo de intervenção de cada deputado municipal não poderia exceder os cinco (5) minutos sendo que o tempo de resposta, que era o que o Deputado Municipal costumava fazer muitas vezes, não podia exceder os três (3) minutos.-----

--- Concluiu dizendo que não tinha feito nada que não constasse no Regimento sendo que podia informar que no período Antes da Ordem do Dia tinham sido utilizados dezasseis (16) minutos e cinquenta (50) segundos pelo PS e vinte e um (21) minutos pelo PSD. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que para finalizar, obviamente, que pretendia desejar Boas Festas a todos, um Feliz e Santo Natal, junto das respetivas famílias.-----

--- Queria desejar que o ano de 2025 fosse um ano de grandes concretizações, de sucessos e que conseguissem concretizar tudo o que estava no orçamento, o que seria bom para Tavira. -----

--- Como habitualmente, pretendia convidar todos a comerem Bolo Rei e a fazerem um brinde ao Ano Novo.-----

--- Terminou agradecendo a todos, reiterando os votos de Boas Festas e convidando a assistirem à Programação de Natal do Município bem como à passagem de Ano. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura da Ata em Minuta que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- Acrescentou que dos dezoito (18) pontos que constavam na Ordem do Dia, dezassete (17) tinham sido aprovados por unanimidade. -----

--- Deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,

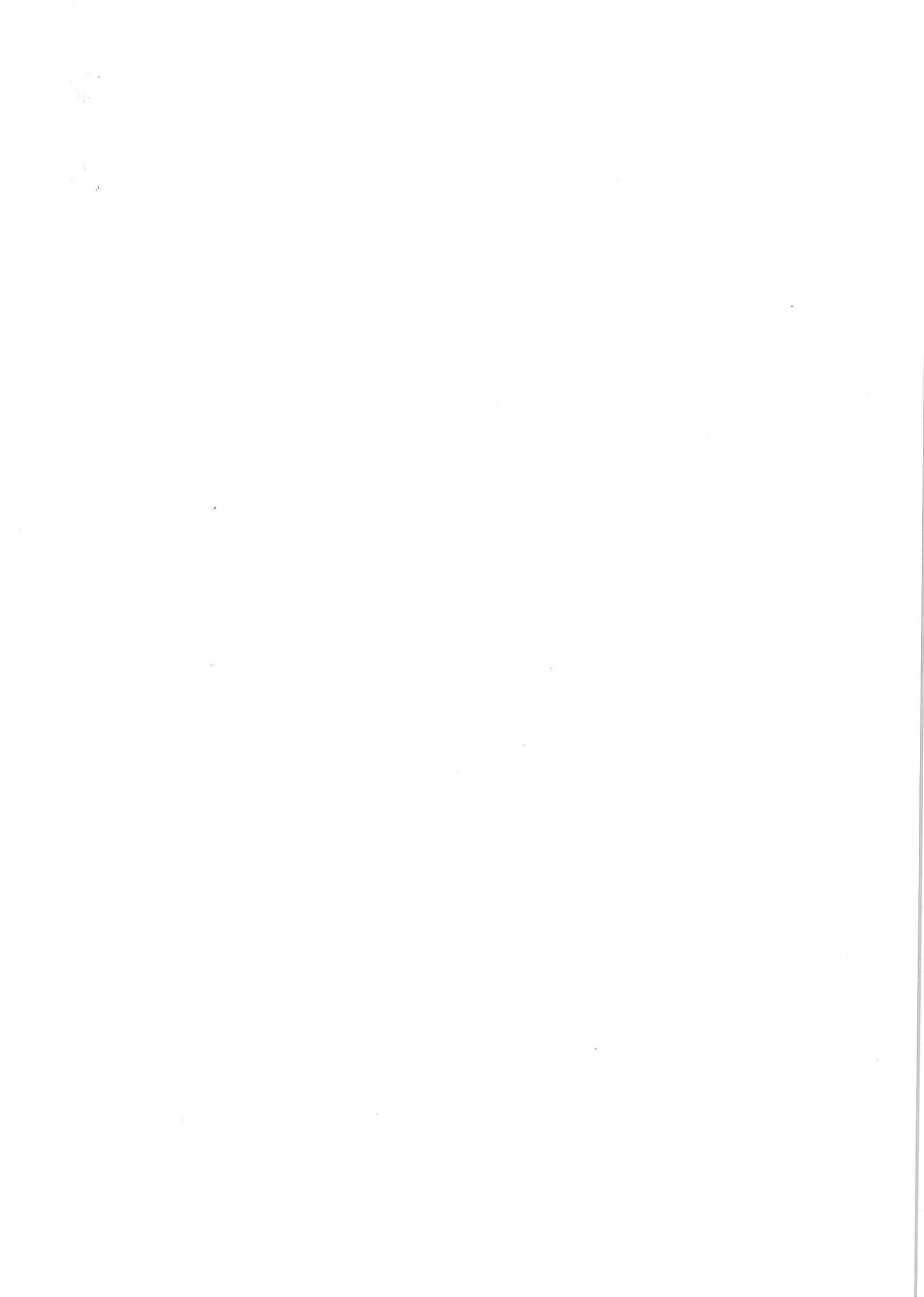


(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



---

(Muriel Cristina Dias Neto)





## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE LOUVOR

#### PEDRO PIRES

Pedro Miguel Ferreira Pires é natural de Tavira, nasceu a 29 de março de 1988 e começou a aprender música com cinco anos na Banda Musical de Tavira. Aos oito anos, tomou o primeiro contacto com o clarinete, tendo como professor o maestro António Manuel Lopes Batista.

Aos onze anos ingressou no Conservatório Regional do Algarve Maria Campina (CRAMC) na classe do professor José António Peixoto Veloso. Foi membro do quarteto de clarinetes *Four Clair* formado no CRAMC, com o qual se apresentou em vários pontos do país. No ano de 2006 termina o 8º grau de clarinete no CRAMC com a professora Jennifer Brown, e ganha no mesmo ano o 1º Prémio do Concurso de Música de Câmara desta mesma instituição. No mesmo ano ingressou na Escola Superior de Música de Lisboa, na classe do Professor Manuel Jerónimo e, mais tarde, com o Professor Paulo Gaspar.

Foi professor de clarinete na Banda Musical de Tavira e na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, membro da Orquestra Sinfónica Juvenil de Lisboa, e também da Orquestra de Clarinetes de Almada (OCLA), onde se apresentou como solista.

Em 2008 ingressou na Banda da Armada Portuguesa e, em 2011, licenciou-se em Música, na variante de Clarinete. Nesse mesmo ano frequentou ainda o curso de Jazz na Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa, na classe do professor José Menezes.

Em 2015 começou a estudar composição e orquestração com o maestro Pedro Duarte e é frequentador assíduo de seminários no âmbito da composição musical e criação artística.

Enquanto compositor e arranizador, participa em projetos nacionais e internacionais. Desde 2021 estuda também com o compositor Óscar Navarro.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Em 2017 foi premiado no *1st International Contest of Original Compositions for Musical Bands* (Itália) com a obra MARE CLAUSUM.

Atualmente, é músico na Banda da Armada Portuguesa nas funções de executante em clarinete e piano e também compositor residente. É ainda professor de clarinete na Sociedade Filarmónica União Assaforense desde 2016.

Em dezembro do 2022, após ser distinguido com o 1.º Prémio, e Menção Honrosa pela pontuação extraordinária obtida, na categoria OBRA DE CONCERTO pela composição intitulada A FLIGHT TO THE FUTURE no I Concurso Internacional de Composição "Emili Giménez Bou", esta Assembleia Municipal deliberou por unanimidade atribuir-lhe um Voto de Louvor pela sua brilhante carreira e pela dedicação à arte musical.

Já depois disso, em março de 2023, foi premiado no 1st International Music Competition Vienna com a obra The Legend of Brianda. No mesmo ano, foi-lhe atribuído pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal através do seu presidente José Ribeiro e Castro, o prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa 2022 na categoria de "Artes e Feitos Excepcionais" que traduz a importância do trabalho que tem vindo a realizar no âmbito da composição.

Em 2024, foi finalista no concurso de composição da World Association for Symphonic Bands and Ensembles, cuja performance final decorreu na cidade de Gwangju, na Coreia do Sul.

Recentemente, o professor Pedro Pires Pedro Pires foi o grande vencedor do II Concurso Internacional de Composição "Emili Giménez Bou", do Ateneu Musical de Cullera - Espanha.

Cumulativamente, alcançou o diploma de platina, obtendo a maior pontuação em todas as categorias do concurso com a obra "Eleutheros", para banda sinfónica, e alcançou também o 1º prémio na categoria "Obra para solista e Banda" com a peça "Growing Up!", um concerto para saxofone solista e banda.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 11 de dezembro de 2024, delibera:

1. Aprovar um Voto de Louvor pela carreira brilhante no domínio da composição musical de Pedro Miguel Ferreira Pires, traduzido nas reiteradas distinções nos mais variados certames nacionais e internacionais desta especialidade, honrando o nome de Portugal e dos compositores portugueses.
2. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta a Pedro Miguel Ferreira Pires e, para conhecimento e divulgação à Câmara Municipal de Tavira, à Banda Musical de Tavira, ao Conservatório Regional do Algarve Maria Campina e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

### Voto de Congratulação

#### Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA)

Por iniciativa da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA) foi retomado o projeto da barragem na Ribeira de Alportel, com os objetivos de:

- Aumentar a quantidade de água armazenada à superfície, com destino a rega agrícola e ao abastecimento público;
- Controlar o caudal da Ribeira da Asseca / Rio Gilão para a Proteção Contra Cheias da Cidade de Tavira, evitando ou mitigando o efeito das inundações em Tavira;
- Assegurar assegurando o caudal ecológico desde a Soalheira do Pereiro até S. Domingos (águas de maré).

Trata-se de um projeto já muito antigo, que estava “colocado na gaveta”, mas que agora foi apadrinhado pelo atual Governo.

A Barragem de Alportel é uma das três que estão previstas no plano para uma melhor gestão da água, a nível nacional, que está a ser criado pelo grupo de trabalho “Água que Une”, criado em maio pelo Governo, a partir do Algarve, e que une especialistas e entidades, sob a tutela conjunta dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura.

No dia 18 de outubro, a ABPRSA lançou o procedimento para elaboração do “Projeto da Barragem do Alportel” e durante o mês de novembro abriu, analisou e já procedeu à adjudicação deste relevante projeto para o Algarve e de importância fundamental para Tavira.

Apesar da existência de estudo prévio para a Barragem de Alportel, será sempre necessário submeter o projeto a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Prevê-se a sua atualização durante o segundo semestre de 2025, sendo depois, “em função das condições estudadas”, efetuado o projeto de execução.

Num primeiro momento, a ideia era criar uma barragem de enrocamento, «que não reteria totalmente a água», mas que evitaria grandes enxurradas, a jusante. No entanto, o projeto já será de



armazenamento, com uma perspetiva de «afluência anual média de 10 hectómetros cúbicos (hm<sup>3</sup>), com eventual ligação ao reservatório de Santo Estêvão e à Estação de Tratamento de Água de Tavira».

Saudamos, com este voto de congratulação, a intervenção da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve, ao chamar a si esta iniciativa, deveras importante, não só num contexto de escassez hídrica, mas também, tendo em consideração o histórico de inundações na cidade de Tavira, nomeadamente as cheias de 1969 e de 1989, os acontecimentos recentes e o previsível agravamento das condições climáticas.

Apesar da submissão de um projeto para esta barragem, em 2009, que durante todos estes anos não saiu da gaveta, instamos o Município de Tavira a apoiar e acompanhar este projeto de interesse e especial relevância para o Algarve, para o Concelho de Tavira, em geral, e para a cidade de Tavira em particular.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 11 de dezembro de 2024, delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação pelo trabalho da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);
- Felicitar O Presidente, a Direção e os Associados da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);
- Enviar o presente Voto de Congratulação à Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA);
- Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, que apresente publicamente esta congratulação;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, aos Órgãos Sociais da Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve (ABPRSA), bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 11 de dezembro de 2024

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## Voto de Congratulação

### Pedro Pires

Pedro Pires é natural de Tavira e começou a aprender música com 5 anos na Banda Musical de Tavira. É licenciado em Música – variante de clarinete pela Escola Superior de Música de Lisboa, e, desde 2008 que é músico e compositor residente da Banda da Armada Portuguesa.

Em 2017 foi premiado no 1st International Contest of Original Compositions for Musical Bands (Itália) com a obra Mare Clausum. Em 2022 venceu o primeiro prémio com menção de honra no Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou” organizado pela Sociedad Ateneo Musical de Cullera (Espanha) com a obra A Flight to the Future.

Em março de 2023 foi premiado no 1st International Music Competition Vienna com a obra The Legend of Brianda. No mesmo ano foi-lhe atribuído pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal através do seu presidente Dr. José Ribeiro e Castro, o prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa 2022 na categoria de “Artes e Feitos Excepcionais” que traduz a importância do trabalho que tem vindo a realizar no âmbito da composição.

Em 2024 foi finalista no concurso de composição da World Association for Symphonic Bands and Ensembles, cuja performance final decorreu na cidade de Gwangju, na Coreia do Sul.

E no passado mês de novembro foi o grande vencedor do II Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou”, do Ateneo Musical de Cullera – Espanha, com a obtenção do diploma de platina, obtendo a maior pontuação em todas as categorias do concurso com a obra “Eleutheros”, para banda sinfónica e no mesmo concurso, alcançou também o 1.º prémio na categoria “Obra para solista e Banda” com a peça “Growing Up!”, um concerto para saxofone solista e banda.

Ao longo da sua carreira, destaca a experiência de ser compositor na Banda da Armada como muito gratificante, mencionando que ouvir o seu trabalho reproduzido pelos camaradas “é das sensações mais bonitas” que pode experienciar.

O Primeiro-Sargento Pedro Pires realça ainda que atuar na região do Algarve, de onde é natural, com a Banda da Armada torna a saudade de casa mais reduzida e transforma a atuação, num momento ainda mais especial.

A Banda da Armada, nas palavras do militar, é um veículo de transmissão da cultura naval no território nacional e, inclusive, internacional. Como diz – “Se os navios não chegam lá, a Banda certamente chegará e fará chegar a Marinha junto dessas populações mais afastadas do litoral”.



Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 11 de dezembro de 2024, delibera:

- 
- Congratular o Pedro Pires, pela conquista do título de II Concurso Internacional de Composição “Emili Giménez Bou”, do Ateneu Musical de Cullera;
  - Congratular a Banda da Armada;
  - Enviar o presente Voto de Congratulação ao Pedro Pires e à Banda da Armada;
  - Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 11 de dezembro de 2024

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## Assembleia Municipal de Tavira dia 11 de dezembro de 2024

### Proposta nº 303/ 2024/CM - Orçamento municipal e mapa de pessoal para o ano 2025

#### Declaração de Voto

O Orçamento Municipal, para além do documento estratégico mais importante do Município, é a base para o desenvolvimento de toda a atividade municipal, onde todas as ações, obras, projetos e investimentos estão necessariamente definidos. Somos conhecedores da imensa dificuldade que subjaz a sua elaboração.

Reconhecemos, que deverá refletir a visão do executivo para o Concelho de Tavira nos próximos anos, no entanto, deverá contar com a contribuição democrática dos eleitos pelo PSD e dos restantes partidos, nomeadamente a que se encontra regulamentada no Estatuto do Direito de Oposição.

Relativamente à proposta em apreço, apontamos as seguintes observações:

- a) Reconhecemos o esforço que tem vindo a ser feito na melhoria da apresentação do documento, com a incorporação de algumas das sugestões já efetuadas. O orçamento municipal de 2025 integra já os valores estimativos do saldo de gerência na coluna do financiamento não definido, permitindo desde já uma aproximação ao documento final. O desdobrar das Grandes Opções do Plano e a apresentação do Plano Plurianual de Investimento por separada, permite uma leitura mais rápida e efetiva dos investimentos municipais;
- b) Seria igualmente útil que no orçamento apresentado constassem os dados comparativos relativamente ao documento do ano anterior, para se verificar a evolução das despesas e receitas. Há um único quadro comparativo com base nos 5 Objetivos Estratégicos;
- c) Falta a indicação dos pressupostos seguidos na elaboração do orçamento, assim como, *“a identificação das responsabilidades contingentes”*. Os processos que decorrem em Tribunal deveriam ser elencados, não só para conhecimento, mas também, porque poderá ter reflexo orçamental;
- d) Na sequência do último ponto, sublinhar que não existe informação sobre a EMPET no presente orçamento, não se clarificando a orientação e o objetivo do Executivo Municipal relativamente ao futuro da Empresa;

- 
- e) As receitas consignadas, resultantes da transferência de competências do Estado Central, deveriam integrar uma estrutura que permitisse, de forma clara e imediata, *“aferrir os montantes afetos a todo o processo e para cada uma das áreas descentralizadas”*. Mais, o documento integra as receitas consignadas de forma desequilibrada, incluir cerca de 3.715.600€ na parte da receita sem a devida correspondência do lado da despesa;
- f) Nas Grandes Opções do Plano do ano de 2025, no financiamento não definido indica-se cerca de 27.700.000€, mas somente cerca de 11.500.000€ estão incluídos no PPI (Plano Plurianual de Investimento), ou seja, os restantes 16.200.000€ serão para despesas correntes, o que demonstra o desequilíbrio financeiro do documento. Este desequilíbrio financeiro acentuou-se em 1.700.000€, relativamente a 2024;
- g) Alertamos para o facto de que as despesas correntes (de funcionamento) devem estar cobertas, cabalmente, pelo orçamento original, e nunca considerando o saldo de gerência (exemplos: Protocolo com o Centro de Ciência Viva; Protocolo com a Orquestra do Algarve; Protocolo com a Orquestra de Jazz do Algarve, Protocolo com os Caçadores do Algarve). Afira-se no relatório do orçamento que *“a futura revisão do orçamento 2025, para efeitos de incorporação do saldo de gerência, estima um incremento da dotação dos valores de investimento de capital em cerca de 13,5 milhões de euros, encontrando-se nesta fase como não definidos somente 11,5 milhões de euros no PPI, entrando em contradição com os valores não definidos das Grandes Opções do Plano que representam 27,7 milhões de euros;*
- h) As despesas com pessoal têm vindo gradualmente a aumentar e configuram 51% das despesas correntes. Acresce a este cenário os 136 trabalhadores que o município prevê integrar em 2025. Alerta-se para a sustentabilidade das contas, baseada na volatilidade das receitas gerada pelos impostos;
- i) 65,10% do orçamento destina-se a despesas correntes e apenas 34,90% a despesas de capital (não considerando nesta percentagem os 13,5 milhões estimados que serão incorporados aquando da inclusão do saldo de gerência, pelo que ainda não se sabe o real valor desta despesa), devendo existir o esforço de um maior equilíbrio entre as duas categorias de despesa, por forma a incrementar o investimento, motor fundamental para o desenvolvimento do concelho;
- j) Sublinha-se que o que se está a votar não se trata do orçamento real, sendo que na categoria *“Valores Não Definidos”* deveria estar espelhada a previsão total do saldo de gerência;
- k) Urge mais investimento, e não está previsto o recurso a crédito (BEI), fundamental numa gestão responsável, moderna e flexível, permanecendo a opção política de esta geração pagar tudo a pronto, sem deferimento para gerações futuras;

l) Consideramos fundamental que estivesse refletido no orçamento os seguintes investimentos, que se apresentam como estruturantes, que têm vindo a ser constantemente transmitidos e afirmados:

- Programa de resolução da EMPET por forma a permitir a revitalização do tecido empresarial do concelho;
- Criação do Gabinete de apoio ao Investimento;
- Implementação de medidas mais arrojadas e visionárias na gestão eficiente da água, que impliquem o armazenamento da água da chuva e reutilização da água tratada;
- Reabilitação do Pego do Inferno, no âmbito do Ecoturismo;
- Criação do Centro Intermodal de transportes;
- Tornar uma prioridade a existência de um Parque Urbano Verde (Pulmão da Cidade);
- Estratégia de desenvolvimento desportivo;
- Definir novos acessos de Cabanas e Santa Luzia à ER 125;
- Pugnar pela variante da ER 125 na Luz de Tavira;
- Criar regulamento de impostos municipais que permita ir mais além na aplicação do IMI e da Derrama;
- Prioridades no Património: Reabilitação do Convento de São Francisco e núcleo museológico Fenício/Corte Real;
- Construção de passadiço pedonal para acesso à Ilha de Cabanas.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 303/2024/CM - Orçamento municipal e mapa de pessoal para o ano 2025.

Tavira, 11 de dezembro de 2024

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)





**Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**

**Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2024**

**Proposta n.º 303/2024/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2025**

**Declaração de Voto**

*As Grande Opções do Plano (GOPs) dão corpo aos compromissos que firmamos com os tavirenses. Estabelecem as principais ações e investimentos previstos. São o fio condutor na nossa ação social, económica, cultural e política. Definem as prioridades e os investimentos necessários para o desenvolvimento sustentável do concelho.*

O Orçamento Municipal (OM) é um documento mais técnico e formal, dá corpo às GOPs nele estão definidas as receitas da autarquia e as despesas esperadas.

Estes documentos são cruciais para garantir uma gestão eficiente, transparente e participativa das cidades.

*Importa salientar:*

A profundidade, o detalhe e o esclarecimento nas GOP apresentadas pelo Executivo Municipal.

O orçamento orienta-se uma vez mais pelo rigor, bem como pelo cumprimento das regras previstas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e no POCAL.

Importa destacar que as regras previstas no POCAL para a previsão da receita não permitem que o Município considere uma estimativa de saldo de gerência. Ao estar vedada a colocação de uma estimativa desse saldo no orçamento inicial, desvirtua



o orçamento real da autarquia. Tal facto, reflete-se na elaboração do orçamento por isso várias rubricas estão consideradas com orçamento não definido e que após a revisão ao orçamento e integração do saldo de gerência passarão à designação de definido.

*Para este executivo **Valorizar as pessoas e as famílias**, isto é, pessoas e famílias em primeiro lugar, é um lema, facto evidente quando olhamos para as GOPs e Orçamento apresentado.*

Pelo oitavo ano consecutivo, o executivo irá diminuir a taxa de IMI de 0,32% para 0,30% (taxa mínima prevista por lei). Continuará a adotar o IMI familiar que permite reduções a acrescer à taxa de 0,30%, de €30 em agregados com 1 dependente, de €70 em agregados com 2 dependentes e de €140 em agregados com 3 ou mais dependentes.

Para estimular o arrendamento urbano, no se refere às taxas de IMI, o Município irá propor uma redução adicional de 20% a aplicar aos prédios urbanos arrendados, de modo a fomentar o arrendamento urbano.

No esforço contínuo de apoiar as famílias, e a juntar à redução da taxa de IMI, o município decidiu também manter a redução de 2,5% na taxa de comparticipação no IRS, depois de no ano de 2020 ter reduzido pela primeira vez de 5% para 3,5%.

O aumento do dinamismo económico local é uma evidência, numa perspetiva de solidárias empresas/famílias foi entendimento conservar a aplicação de derrama às pessoas coletivas, no valor de 0,5%, (ano anterior taxa de 0,1% e isenção anteriores). É pretensão colmatar parcialmente a perda de receita ocorrida com as baixas do IMI e IRS, distribuindo o esforço entre famílias e empresas, atendendo ao volume do investimento a realizar no ano de 2025.

**Apoiar as Pessoas e as Famílias sempre foi a bússola deste Executivo Municipal e esse apoio não fica pelo alívio na parte da Fiscalidade.**

Verifica-se, mais uma vez, um aumento de investimento neste objetivo que cresce 180% relativamente ao ano anterior, nomeadamente:

- a) com um investimento muito significativo na aquisição e construção de habitação social e a custos controlados: (final de 2024, lançamento empreitada de conceção/construção de 76 fogos de habitação em Tavira no Sítio da Boavista) e (primeiro trimestre de 2025, construção 24 em Cabanas de Tavira e 9 em Santa Catarina da Fonte do Bispo);



- b) com o investimento extremamente substancial na Saúde com as empreitadas de ampliação da Unidade de Saúde de Cabanas/Conceição de Tavira e a Unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatorio em Tavira e ampliação e reabilitação do atual Centro de Saúde;
- c) um aumento do investimento no desporto com a execução de empreitadas no complexo desportivo em St.ª Luzia com a Requalificação do espaço envolvente ao polidesportivo da Conceição.
- d) Comparticipação financeira na ampliação do Lar de Cachopo o que permitirá melhorar a nossa resposta no que toca a Estruturas Residenciais para Idosos;

*Destaca-se ainda, porque emerge como apoio às pessoas e famílias e muitas vezes passa despercebido:*

- e) A gratuidade nos transportes escolares e nos transportes para a comunidade idosa das suas residências até Tavira, Mas também a gratuidade no transporte urbano Sobe e Desce uma medida que nos distingue dos restantes municípios do Algarve e que promove o uso do transporte público;
- f) A atribuição de Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o ensino superior (importante apoio às famílias e um investimento relevante no futuro dos nossos jovens), o projeto para requalificação da Escola Secundária de Tavira;
- g) Continuidade e Reforço dos seus programas Sociais refiro o apoio alimentar, apoio à compra de medicação, apoio ao pagamento de despesas pontuais e urgentes e o tão importante programa de apoio ao arrendamento;

**E se Valorizar /Apoiar as pessoas e as famílias é fundamental há muitas outras áreas que é necessário olhar e investir porque tudo na sociedade é transversal.**

**“Valorizar a identidade cultural do nosso concelho”** é crucial por isso foi reforçado em 75% com investimentos nomeadamente as obras de manutenção, conservação e restauro na cobertura da Igreja de St.ª Maria, a Reabilitação das Ermidas do Calvário e S. Pedro e a Intervenção na igreja de Cabanas.

**“Valorizar a economia”** é mola impulsionadora (diversificação da base económica e turismo de diferenciação e de qualidade) assim houve um reforço de 182% nas verbas atribuídas.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Sublinho Plano Estratégico para o Turismo em fase de conclusão e o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Jovem, “Ideias à Maré” com 21 jovens a receber formação para posterior apresentação das suas propostas de negócio, sendo que as três vencedoras serão apoiadas pelo Município de Tavira.

As rubricas Bombeiros e Proteções Civil diminuem, não pela sua importância no contexto social, mas por força da conclusão da empreitada do Centro de Meios Aéreos de Cachopo. Porém será dado início ao projeto para um novo quartel de Bombeiros em Tavira no decorrer do próximo ano.

Verifica-se um ligeiro aumento, 2%, no funcionamento interno, deve-se ao aumento do valor relativo aos recursos humanos, no seguimento de reforço do mapa de pessoal da autarquia e pelas atualizações remuneratórias nomeadamente a subida do SMN e posições remuneratórias.

A saída e aposentação de alguns trabalhadores aliado à necessidade de melhorar e qualificar a resposta no serviço público que presta aos munícipes, o mapa de pessoal prevê a contratação, entre outros, de 26 técnicos superiores de várias áreas, 30 assistentes técnicos, 44 assistentes operacionais e mais 9 bombeiros recrutas.

O orçamento de 2025 do Município de Tavira, ascenderá aos 51 milhões de euros, apresentando um valor superior ao do ano transato em 9,5 milhões, por força do aumento do financiamento de investimentos, com destaque para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

As GOPs, o Orçamento e o Quadro de Pessoal expõem um caminho, uma orientação trilhada no Apoio às Pessoas e às Famílias, Valorizando a economia e o Desenvolvimento Sustentável e afirmando a identidade cultural do concelho.

**Eficiente, Transparente, Sustentável, Responsável, Colaborativa, Resiliente e Humanista são adjetivos que** definem esta gestão municipal que busca o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade de forma equilibrada e justa.

Em conformidade com o descrito ao longo da Declaração de Voto a Bancada do PS, na Assembleia Municipal, só pode Votar a Favor da Proposta nº 303/2024/CM – Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2025.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista